

Entre apostas e incertezas: as experiências liminares de migrantes brasileiros indocumentados nos EUA

Raphael Ramalho Vieira

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima Calça Amante

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Antropologia

Lisboa
2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Entre apostas e incertezas: as experiências liminares de migrantes brasileiros indocumentados nos EUA

Raphael Ramalho Vieira

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima Calça Amante

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Antropologia

Júri:

Presidente:

Doutora Irene de Assunção Raposo Rodrigues, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Maria de Fátima Calça Amante, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;
Doutora Simone Miziara Frangella, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2021

Epígrafes

*Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros*
- Engenheiros do Hawaii*

*Onde iria ele buscar os olhos com que vos espia se vós não lhos désseis?
Onde teria ele mãos para vos bater se não tivesse as vossas?
Os pés com que ele esmaga as vossas cidades de quem são senão vossos?
Que poder tem ele sobre vós que de vós não venha?
Como ousaria ele perseguir-vos sem a vossa própria convivência?*
- Étienne de la Boétie**

*Quando se abre uma janela para entrar o ar fresco, não só entra o ar fresco, mas também entram
as moscas e os mosquitos.*
- José Maria Neves, ex-primeiro-ministro de Cabo Verde***

* Excerto da primeira faixa “Ninguém = Ninguém” composição de Humberto Gessinger do álbum “Gessinger, Licks&Maltz” lançado em 1992

** Excerto da obra *Discurso da Servidão Voluntária*, publicado originalmente em 1563.

*** Veiga, E. N. A. (2011, p. 19). *Imigração e segurança em Cabo Verde: o papel da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras*, dissertação de Mestrado em Ciência Política, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Agradecimentos

À minha mãe por interceder por mim, por ouvir minhas queixas e pela preocupação. A meu pai porque sem sua ajuda eu não teria ingressado ao Mestrado e muito menos teria concluído esta pesquisa. O meu muito obrigado à minha irmã Bárbara por tudo e à minha sobrinha Cecília pelos momentos de descontração.

A todos os sujeitos de pesquisa por suas sabedorias e por a mim confiarem um pouco de suas histórias de vida. E, principalmente, àqueles que me acolheram em sua casa e que compartilharam comigo a mesa e suas companhias.

A todos que contribuíram diretamente para este resultado com palavras, conhecimentos e estímulos. Em especial, à Martha pelas dicas e incentivo.

À Professora Fátima Amante pela orientação e à Professora Celeste Quintino pela ajuda dada ao projeto de pesquisa que originou este trabalho.

Por último e não menos importante, à Associação Portuguesa de Antropologia pela importante Bolsa para Trabalho de Campo.

Resumo

No presente estudo trata-se de uma reflexão acerca das vidas de migrantes brasileiros indocumentados que, conseqüentemente, estão em situação de deportabilidade que residem na Grande Boston, Estados Unidos, em especial no pós-Onze de setembro, com foco nas narrativas dos sujeitos sobre suas experiências de liminaridade. Partindo-se de conceitos de Giorgio Agamben e Victor Turner, busca-se apresentar um referencial teórico em que o migrante indocumentado seja tido como alguém que experimenta corporeamente as contradições das políticas dos Estados inseridas num contexto de mundo globalizado e capitalista. Para tanto, utilizou-se do método etnográfico para identificar primeiramente, as relações entre a materialização do estado de exceção e as perspectivas de agenciamento desses sujeitos. E ainda, como compreender certas características fronteiriças, como as *communitas*, se as promessas de novas estruturas sociais sofrem constantes ameaças de cerceamento da liberdade pelo poder estatal? A partir dos dados colhidos em campo, utilizando-se da análise de conteúdo, infere-se que os sujeitos indocumentados correm iminente risco de morte simbólica pois, apesar de apostas e conquistas, as incertezas sobre o retorno ao país de origem se fazem presentes.

Palavras-chave: Migração indocumentada. Deportabilidade. Liminaridade.

Abstract

The present study aims to reflect upon the lives of undocumented Brazilian migrants – living in Greater Boston, USA –, who are therefore in a situation of deportability, especially after September 11th. The study focuses on the subject's narratives about their liminality experiences. We use concepts of Giorgio Agamben and Victor Turner in order to present a theoretical framework in which the undocumented migrant is perceived as someone who bodily experiences the States' policies contradictions while in the midst of a globalized and capitalist world context. Accordingly, we used the ethnographic method to primarily identify the relations between the state of exception's materialization and the subject's agency perspectives. Furthermore, how to understand certain borderline characteristics, such as *communitas*, if the promises of new social structures are endangered by constant threats of the curtailment of liberty by the state power? Based on the data collected in the field and using content analysis, one could say that the undocumented subjects find themselves in imminent danger of symbolic death. This is because, despite the gambles and conquests, the uncertainties about the return to the origin country is present.

Key-words: Undocumented migration. Deportability. Liminality.

Índice

EPÍGRAFES	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO	8
BREVE REVISÃO DA LITERATURA E JUSTIFICATIVA	9
METODOLOGIA	10
1 LIBERDADE: UMA CONSTRUÇÃO DIÁRIA	13
1.1 LIMINARIDADE E EXCEÇÃO	13
1.2 A AGÊNCIA E O LIMINAR	18
1.3 A SECURITIZAÇÃO COMO INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LIMINARIDADE	20
2 ETERNO RETORNO	24
2.1 O CORREDOR DE DEPORTAÇÃO	24
2.2 A “AMÉRICA” É PARA QUEM?.....	27
2.3 DIREITOS	30
3 O SONHO E A REALIDADE	33
3.1 PESSOAS	33
3.2 LÓCUS: A CASA	36
3.3 VIVENDO A LIMINARIDADE.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
BIBLIOGRAFIA	57
WEBGRAFIA	61
APÊNDICE	62

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado em Antropologia investiga a condição de deportabilidade experienciada por migrantes brasileiros indocumentados que vivem numa cidade do Condado de Essex¹, Massachusetts, caracterizando esse regime de deportação e analisando seus efeitos na vida de migrantes envolvidos com as práticas de burocracias e de vigilância estadunidenses. O objetivo geral é compreender as experiências de liminaridade de migrantes brasileiros indocumentados, no contexto de deportação estadunidense do pós-Onze de Setembro.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2014) 1.315.000 brasileiros residem nos Estados Unidos independente do *status* legal. Conforme os dados do *Yearbook of Immigration Statistics* (2018) do *U. S. Department of Homeland Security* sobre brasileiros: 814 foram deportados, 945 foram deportados por ficha criminal, 2.810 foram apreendidos, 15.286 obtiveram a residência permanente e 10.538 foram naturalizados.

Os sujeitos da pesquisa são, na sua maioria, migrantes indocumentados naturais do Estado de Minas Gerais. Becker (2006) assevera que, embora os laços migratórios entre estadunidenses e mineiros tenham surgido com o advento da Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos 1980 inicia-se o aumento de fluxo migratório de brasileiros rumo aos Estados Unidos por motivação econômica. Atualmente, a migração faz parte da economia e da cultura de regiões de Minas Gerais, sendo que uma importante cidade do Estado tem a alcunha de *Governador Valadólara*.

O interesse por esse tema originou-se de inquietações e reflexões, pois resido numa localidade do Brasil que possui um histórico migratório, sobretudo de migração irregular, portanto, pessoas à minha volta e eu sentimos os impactos que esses sujeitos provocam no local. Considerando os riscos a que, frequentemente, o migrante indocumentado é exposto no país de acolhimento, esta investigação visa, por um lado, contribuir para o reconhecimento desse sujeito como agente e, por outro, trazer uma nova perspectiva sobre a deportação, já que o foco são as experiências e vivências do migrante indocumentado e, conseqüentemente, deportável.

A pergunta de partida é formulada nos seguintes termos: como os migrantes brasileiros indocumentados experienciam a condição de sujeitos deportáveis na sociedade estadunidense e como narram essas experiências?

Da questão inicial, derivam três questões que orientam a investigação:

1. Qual o regime de deportação estadunidense do pós-Onze de Setembro e como ele tem afetado a vida de migrantes brasileiros indocumentados?

¹ O nome da cidade propriamente dita não será mencionada por questões de sigilidade, confidencialidade e impessoalidade uma vez que há sujeitos que estão indocumentados.

2. Como os migrantes brasileiros lidam com a sua condição de deportáveis e se comportam diante da burocracia estatal estadunidense?

3. Que narrativas sobre deportabilidade são construídas por migrantes brasileiros indocumentados a partir das suas experiências vividas na sociedade estadunidense?

Breve revisão da literatura e justificativa

A relevância social e política do tema é grande. Conforme Hasselberg (2016), os estudos sobre deportabilidade sublinham questões de exclusão, direito, direitos humanos e divisão entre estrangeiros e cidadãos, pois as legislações, cada vez mais refinadas, normalizam e facilitam a remoção de estrangeiros indesejados, numa evidente demonstração do poder do Estado. Esta pesquisa deter-se-á nas experiências de quem é atingido pela força estatal e na vulnerabilidade da sua condição. Para isso, faz uma leitura do migrante à luz dos conceitos de liminaridade, de Turner (2005), para quem processos estruturais e culturais expõem à invisibilidade os que estão na liminaridade, cuja qualidade social é questionada pelos demais, e da noção de *homo sacer*, de Agamben (2007), ou seja, os inumanos, que estão à mercê da violência estatal.

Para Martins (2015), não se trata de perguntar se há um estado de exceção considerado permanente, mas de identificar espaços de exceção que tendem a permanência na sociedade democrática contemporânea. Contribuindo com a discussão, Turner (2008) traz o conceito de morte simbólica que resulta ao sujeito, o afastamento social provocado pela estrutura, articulando à liminaridade. De acordo com Agamben (2004) e Foucault (1999), as normas da exceção decorrem de decisões biopolíticas para a administração da população. O normativo que transforma indocumentados em sujeitos liminares é deste tipo. Mas até que ponto o migrante indocumentado se percebe como agente, e ao mesmo tempo compreende as suas razões para permanecer no lugar onde se encontra?

Desta forma, convém pensar acerca do conceito de agência, pois a subjetividade, a consciência histórica e cultural, subjacente ao sujeito o forja agente, independentemente da conjuntura sociopolítica, o indivíduo ou o grupo, especialmente na liminaridade reflete de forma efetiva, a sua posição diante do mundo, como alguém que escreve a sua própria história e, conseqüentemente, compõe a história coletiva. Remetendo a Bourdieu (1983, p. 76), já que “o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história” por meio de construções “de significados e de subjetividades, através de processos simbólicos embutidos no mundo social” (Ortner, 2007, p. 382).

Posto isso, a realidade de iminente deportação traduz-se nas restrições provenientes do ordenamento jurídico em que o sujeito perde a capacidade de se autodeterminar porque se encontra submerso às contradições da exceção (Agamben, 2004) que conduz e assegura as relações e normas

da vida. Também Turner (1974) enfatiza que liminaridade rompe a espontaneidade e a liberdade da vida, assim como a estrutura se apropria da ordem vivente seja para a sua legitimação ou para transformá-la.

De Genova (2010) escreve que o indocumentado sempre estará na fronteira, inclusive nas invisíveis da sociedade civil, já que é pré-definido a sua sujeição ante o Estado, pois é o poder estatal que decide e inscreve a humanidade dentro de sua ordem normativa. Sabe-se que, é conveniente ao neoliberalismo o não reconhecimento legal da força produtiva e criativa de indocumentados algo que, concomitantemente, produz e reproduz a subordinação. Logo, Peutz (2006) tece considerações sobre uma indústria que obtém vantagens financeiras com o cerceamento de indocumentados convergindo com a desvalorização do estrangeiro que se acirrou no pós-Onze de Setembro, quando se verificam deportações “em massa”.

Hasselberg (2016) discorre que a deportação é intrínseca ao poder estatal visto que é um aparato para reforçar noções de soberania, ao remover à força um sujeito de onde está residindo para o seu país de origem fundamentando-se a deportabilidade no *status* legal de um migrante. Portanto, a deportabilidade influencia o senso de justiça, segurança e autoestima de indocumentados e suas famílias, seja por não obterem a simpatia dos nacionais, seja por estarem à mercê da violência estatal, que é cada vez mais refinada devido a tecnologia contemporânea.

Dessa forma, Drotbohn e Hasselberg (2014) se preocupam com a normalização da deportabilidade que se é constatável nos corredores de deportação. Entretanto, De Genova (2002) e Peutz (2006) destacam que as arbitrariedades e constrangimentos presentes nestes corredores, sendo uma maneira de Estados arraigarem no imaginário político-cultural, pois a “ilegalidade” de migrantes é um argumento para disciplinar, ou seja, o fato do estrangeiro sempre ser o outro, consiste num enlace biopolítico que não só controla o alóctone mas resulta do controle da própria população nacional. A vigente conceituação de nacionalismo faz com que o indocumentado experiencie as práticas de remoção de maneira profundamente corpórea e mesmo que regresse à sua origem suas incertezas não cessam, pois ainda é estigmatizado por ter subvertido a história de sucesso da migração ou por ter assumido as práticas culturais do país onde se encontrava.

Metodologia

A abordagem construtivista como opção teórica-metodológica permite, em seu aspecto transacional e subjetivo das construções sociais, o uso de procedimentos e técnicas de observação da realidade empírica, com a pesquisa qualitativa voltada para as experiências de migrantes indocumentados, por meio de interação entre pesquisador e sujeito pesquisado (Guba e Lincon, 1994).

A população estudada compreende brasileiros pertencentes ao grupo dos indocumentados que não possuem o estatuto legal que garanta a sua permanência em território estadunidense. Tratam-se de trabalhadores, pessoas adultas entre 31 anos e 53 anos de idade, de ambos sexos. Foram ouvidos por meio de entrevista não-estruturada, e suas narrativas objeto de análise de conteúdo, procedimento analítico que apresenta como peculiaridade estudar as comunicações entre os homens, dando ênfase as mensagens e codificando as mesmas, para se chegar as inferências com o apoio do referencial teórico utilizado (Triviños, 1987).

Devido à pandemia de Covid-19, recorri a um “plano de contingência”, diversificando um pouco o perfil dos entrevistados: entrevistei um brasileiro que esteve por 9 anos como indocumentado naquele país, uma criança e um adolescente que são filhos de indocumentados, uma religiosa que presta assistência à comunidade brasileira e dois irmãos de um dos sujeitos de pesquisa que tentaram ingressar aos Estados Unidos e não lograram.

O procedimento para chegar até aos entrevistados foi o de bola-de-neve (Bernard, 2006): no dia seguinte que cheguei ao país, acompanhei um dos sujeitos à igreja e lá fiz alguns contatos, pessoas se propuseram a me conceder entrevistas, bem como a me indicar outros indocumentados. E, ainda, recomendaram-me a conversar com a referida religiosa estadunidense. Um dos sujeitos disse-me que conversaria com brasileiros que trabalham com ele sobre a possibilidade de entrevistá-los.

Com os desdobramentos da quarentena ocasionada pelo Coronavírus, fui “impedido” de transitar pela cidade e adjacências para concretizar e realizar novos contatos, apesar de poder fazê-los remotamente com aqueles que eu já havia conversado. Contudo, percebi que não havia a mesma disposição, porque considero que a impessoalidade provocada pelo recurso tecnológico à distância intimidou as pessoas a falarem sobre si para um “desconhecido”. Logo, eu havia planeado permanecer em campo por 90 dias, porém devido ao contexto mencionado só permaneci por 46 dias.

A observação participante (Moreira, 2007), tornou-se mais importante em razão da pandemia. Estando mais circunscrito ao recinto doméstico que me acolheu partilhei mais do cotidiano dos sujeitos de pesquisa e pude obter melhor visão para a compreensão das suas experiências de liminaridade e das suas narrativas sobre a condição de deportáveis.

Da mesma importância é a biografia de relatos cruzados (Moreira, 2007) de migrantes com relações de parentesco para entrecruzar vozes sobre experiências vividas numa mesma casa ou mesmo a distância, as subjetividades, os significados e suas interpretações da condição de deportabilidade. Assim, para King (2018) e Fosfides (2018) a possibilidade acompanhar histórias de vida e eventos de migrantes no espaço e no tempo é relevante para aceder à profundidade

ontológica de suas realidades, pois o caráter agencial vivenciado em experiências, subjetividades e interpretações provoca diferentes formas de interações com o poder estrutural.

Por fim, os procedimentos de análise de dados incluem discussão dos elementos encontrados nas entrevistas e nas notas de campo, bem como, na base teórica, considerando que essa reflexão possa levar os sujeitos da pesquisa a uma posição crítica em relação à sua situação de migrante indocumentado.

1 Liberdade: Uma construção diária

Não se pode falar em exceção, liminaridade e deportabilidade sem pensar em liberdade. As relações de exclusão levantadas por esses conceitos apontam que o fôlego de vida não é suficiente para que um sujeito ponha em prática aquilo que vislumbra ou necessita. Sujeitos são expostos a constrangimentos e situações que moldam o seu intelecto e a sua moral, mas que também lhes propiciam expectativas acerca de como escrever a sua própria história, ainda que numa conjuntura delimitada pelas contradições que permeiam as políticas.

1.1 Liminaridade e exceção

O sujeito liminar pode ser percebido em diversas circunstâncias e de diversas maneiras. Nesta pesquisa, ele é o migrante indocumentado numa conjuntura de capitalismo globalizado, relações materiais não simbólicas e estrutura sociocultural hierárquica.

Turner iniciou as reflexões a respeito de liminaridade em *O processo ritual* (1974), obra na qual narra suas experiências com os Ndembu, povo centro-africano, essenciais para a fundamentação deste conceito, bem como para os escritos sobre os ritos de passagem de Arnold Van Gennep (1873-1957).

Os escritos de Turner (1974) a respeito dos Ndembu discorrem acerca das trocas, rituais e saberes necessários para que o sujeito adquirisse a qualidade social desejada por ele e pelos demais. Nessas sociedades, havia hierarquias, segundo as quais mortes simbólicas de sujeitos-rituais eram decretadas e eles, embora continuassem vivos, ficavam em uma situação de incapacidade social, resultando na liminaridade.

Num mundo tão desigual como o atual, é possível considerar que os conceitos de estado de exceção e de *homo sacer*, elaborados por Agamben (2004 e 2007), refletem a condição liminar que muitos sujeitos experienciam, alguns de modo permanente. Ampliando os estudos de Turner que, *a priori*, expôs a situação liminar/interestrutural em “sociedades de pequena escala, relativamente estáveis e cíclicas, onde a mudança está em estreita correlação com as recorrências e ritmos biológicos, muito mais do que com inovações tecnológicas” (2005, p. 137), pode-se acionar Agamben quando ele afirma que “no sistema do estado-nação, os ditos direitos sagrados e inalienáveis do homem mostram-se desprovidos de qualquer tutela e de qualquer realidade no mesmo instante em que não é possível configurá-los como direitos dos cidadãos de um Estado” (2007, p. 133). Portanto, a onipresente noção de estado-nação relativiza o direito, o que significa que, diferentemente das sociedades consideradas por Turner, nas sociedades “democráticas”, o sujeito pode nascer, viver e morrer na liminaridade.

Segundo Turner (2005), os ritos de passagem representam mudanças de lugar, estado ou posição social e que o sujeito submetido a ele “fica, no decorrer do período liminar, estruturalmente, ou mesmo fisicamente, *invisível*” (p. 139). Porém, em sociedades expostas às nuances da globalização e da burocracia, os rituais são ineficazes ou inexistentes para transformar quadros, ou seja, a liminaridade não representa um processo que trará renovação, mas sim a estratificação.

Agamben (2004) reforça essa ideia quando afirma ser difícil estabelecer um limite entre a política e o direito, porque corriqueiramente o poder soberano viola liberdades e direitos fundamentais sob uma retórica convincente e articulada. O ordenamento jurídico torna-se indiscernível e os sujeitos ficam submersos numa liminaridade constante; a vida depende de legislações, mas essas mesmas leis colocam os sujeitos em posição de subordinação ao Estado e àquilo que o poder estatal considera necessário para produzir e reproduzir a exceção.

E é justamente no estado de exceção que o poder estatal encontra as possibilidades de decidir e de se constituir, pois “o soberano tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora da lei” (Agamben, 2007, p. 23); é ele quem decide e constitui a “estruturação normal das relações de vida” (p. 33) de que a lei necessita. No estado de exceção, a força de lei está atrelada ao limiar de indistinção, que o poder estatal tira proveito; a todo instante, o soberano atua numa zona de indiferença entre natureza e direito, contribuindo para a seriação de uns e outros e justificando sua violência.

A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma de suspensão (Agamben, 2007, p. 25).

O excerto acima vai ao encontro do que Turner (2005) considera estar em *betwixt and between*, que aponta indeterminação e falta de localização precisa da coisa designada. Em outras palavras, os liminares, apesar de estarem em situação de morte simbólica, ainda mantêm contato com os demais e assistem a vida acontecer no “mundo exterior”.

Entretanto, no estado de exceção, talvez em função de sua amplitude e deslocalização, há uma relação entre o liminar – *o homo sacer* – e o soberano, porque o trânsito entre estruturas é mediado pela burocracia. O sujeito pode “existir” para o poder estatal conforme for conveniente; sua condição de *homo sacer* está situada “no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, [...] [em que pode] ser morto por qualquer um sem que se manche de sacrilégio” (Agamben, 2007, p. 81).

Ainda que os conceitos de sujeito liminar e de *homo sacer* tenham sido concebidos a partir de contextos distintos, valem-se duma mesma premissa: a de como lidar com aquele que está em uma situação abjeta. Em um caso, isso faz parte de um rito de passagem em que o sujeito se torna um ser transicional (Turner, 2005); no outro caso, o ato do soberano substitui o “decidir” pelo

“excluir”, sendo a violência figurada “de um poder que não funda nem conserva o direito, mas o suspende” (Agamben, 2004, p. 86). Logo, “o estado de exceção não é uma ditadura [...], mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas [...] estão desativadas” (2004, p. 78). Ou seja, o espaço vazio de direito pode ser percebido como uma manobra política que tem como fim o poder.

Assim, a relação de exceção é uma relação de bando, pois “aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar que a vida e direito, externo e interno, se confundem” (Agamben, 2007, p. 36). Se a vida em bando, em sociedade, é comportada por aquilo que está na lei, o abandono à vontade soberana, principalmente, porque os decretos estão paulatinamente adquirindo força de lei, significa um controle subliminar dos desejos e das práticas dos sujeitos, sendo este um movimento biopolítico (Agamben, 2007).

A biopolítica compreende um controle dos movimentos do corpo e da alma. Ou seja, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1999, p. 130). Porque, o biopoder “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (p. 131). Nessa conjuntura, os corpos de migrantes indocumentados lidam com o fato de serem corpos apolíticos por estarem, por conveniência da exceção, fora do ordenamento jurídico-político, ao mesmo tempo em que beneficiam o sistema capitalista. São almas em busca de uma perspectiva de vida e corpos em busca de sobrevivência e, por isso, mão de obra abjeta.

A biopolítica também age assertivamente sobre a morte e não se trata dela como antônimo de vida, mas como “morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece” (Foucault, 2005, p. 291). Vida e morte são relativizadas, pois há sujeitos que se encontram mortos em vida devido à sua incapacidade social e política para conduzir a sua própria história, por estarem sujeitados a regulamentação estrutural.

Se a biopolítica é inerente a tudo que é relativo à liberdade de um sujeito e a gestão dessa liberdade é exercida por outrem, “não é a vida natural que foi submetida as técnicas e regulamentações biopolíticas, [...] mas a vida nua” (Martins, 2015, p. 189). Assim sendo, “a vida nua em seu anonimato, apanhada como tal, no *bando* soberano” (Agamben, 2007, p. 130) determina em cada corpo individual o poder que a subjuga, inscrevendo-a como parte de um jogo político.

Desse modo, o panorama político clássico e o consequente surgimento do conceito de cidadania indicam a eclosão da vida politicamente qualificada, com a determinação da forma como

cidadãos deveriam viver nas esferas públicas e privadas, ou seja, aí foi forjada a *zoé* (Agamben, 2007).

A beligerância entre o viver comum a todos os seres vivos (*bios*) e as obrigações intrínsecas à vida de cidadão (*zoé*), é constatável em qualquer tempo histórico e pode ser acrescida de um fundamento biopolítico que fez surgir um outro ser: o *homo sacer*. Assim, “antes de emergir à luz do nosso século, o rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do *homo sacer*, corre de modo subterrâneo, mas contínuo” (Agamben, 2007, p. 127).

Como “a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente” (Agamben, 2007, p. 149), o soberano faz valer o seu poder, decidindo sobre o valor ou sobre o desvalor da vida como tal, elegendo o *homo sacer* como o inimigo, o inumano. Aplicando essa premissa ao caso em apreço, alguns discursos políticos fazem do indocumentado um “bode expiatório”; esvaindo-se a liberdade, surge o respaldo necessário para implantar uma situação extrema, em que o fictício e a norma confundem-se, tornando-se indiscerníveis. Em meio à anormalidade cada vez mais regular, abre-se um espaço para o estado de exceção, que se torna regra: o campo.

O campo é um paradigma da modernidade, estabelecendo uma relação de exceção que a vida está incessantemente exposta à violência soberana. Nesse contexto, “é criada uma zona territorial de permanente indistinção entre fato e norma, e, por conseguinte, a redução das pessoas à vida nua torna-se visível ao extremo” (Martins, 2015, p. 189). Dito de outro modo, “o excluído é imediatamente incluído em virtude da própria exclusão, [...] aquele que é incluído só se é na forma de vida nua, sob o preço de submissão da vida a um poder soberano” (Martins, 2016, p. 29).

Portanto, o que Turner (2008) chama de drama social correlaciona-se com a atmosfera do estado de exceção, já que se trata de processos desarmônicos que emergem em função de um conflito, cuja ruptura é simbolizada pela dissidência e, assim, a crise é instaurada.

Quando o conflito aparece, a lealdade e a obrigação podem transformar embates insignificantes em grandes confrontos. Desta forma, “o conflito parece fazer com que os aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos do trato diário, ganhem uma assustadora proeminência” (Turner, 2008, p. 31).

O conceito de drama social é apresentado por Turner (2008) como um método para que se possa perceber, em qualquer sociedade, os momentos em que os interesses estão acirrados e é desencadeada uma crise. O drama social é processual e conta com uma probabilidade de reorganização social harmônica, porém há chances de suceder o contrário.

Complementando a ideia de estado *betwixt and between* de liminaridade, o sujeito-ritual é temporariamente despido de seu *status* social por meio do decreto de sua morte simbólica, mas com a garantia de renascimento posterior, acrescido de elevação de sua qualidade social, aciona-se a

discussão também acerca do estado de *outsiderhood*, “condição de se estar permanentemente e por imposição posto à margem dos arranjos estruturais de um determinado sistema social, ou situacional” (Turner, 2008, p. 217).

Assim, no contexto do estado de exceção, trata-se de um misto de *betwixt and between* e *outsiderhood*, uma vez que o sujeito deseja e espera emergir a um novo *status* e, ao mesmo tempo, está permanentemente à margem dos arranjos estruturais em decorrência da má vontade política do poder estatal e de uma burocracia impessoal e universalizante. E a migração indocumentada ilustra essa situação incongruente entre o querer e o poder, o ser e o estar.

Para Turner (2008), os *outsiders* são os hippies, ciganos, entre outros, sendo necessário distingui-los dos “marginais”, que também se encontram *betwixt and between*, porém não são sujeitos-rituais, isto é, não possuem nenhuma garantia de resolução final para sua ambiguidade. Para esse autor, os marginais buscam pela *communitas* em seu grupo de origem, aspirando um *status* superior, como acontece com migrantes que vão para outro país adquirir capital para ascenderem socialmente em suas origens.

Sobre a *communitas*, o fato mais atrativo com relação à liminaridade é a mistura de submissão, homogeneidade e camaradagem. Já que “a liminaridade implica que o alto não poderia ser alto sem que o baixo existisse, e quem está alto deve experimentar o que significa estar em baixo” (Turner, 1974, p. 119), em alguns sistemas sociais, ela possui caráter educativo. Enquanto o sujeito ritual se encontra num limbo de ausência de *status*, ele e seus pares desenvolvem uma vida social paralela e, mesmo com humilhações e ordálios, valorizam mais as relações interpessoais às obrigações estruturais.

Por estarem uns com os outros, os sujeitos constroem não só um senso comunitário, mas, de fato, uma sociedade. A espontaneidade da *communitas* é o avesso da sociedade governada por normas. Logo, “onde não existe estrutura social” é o terreno fértil para a fecundação da *communitas* (Turner, 1974, p. 154).

A correspondência entre a liminaridade e a *communitas* está na diferenciação entre sujeitos, no fato de ser conferido a eles uma baixa condição social. As coisas em comum entre esses sujeitos liminares podem ser assim resumidas: “são pessoas ou princípios que (1) se situam interstícios da estrutura social, (2) estão à margem dela, ou (3) ocupam os degraus mais baixos” (Turner, 1974, pp. 152).

Dentre todas as nuances da *communitas*, destaca-se a *communitas* espontânea, ou seja, grupos que submergem da liminaridade, uma vez que já estão em uma posição de “inferioridade estrutural e estrangeirice estrutural” (Turner, 1974, p. 163), e que buscam valores humanos universais como paz e harmonia entre todos os sujeitos, como é o caso dos *hippies*.

Nos momentos liminares, o sujeito fica livre para fazer aquilo que lhe aprouver e não restam dúvidas que o indocumentado, exposto à iminência de uma deportação, está em estado liminar. Mas, será que, diante do cerceamento de direitos, esse sujeito consegue fazer uso da liberdade? Há alguma vantagem em estar liminar no estrangeiro? E, ainda nesse contexto, como se desenrola a *communitas* com os seus pares?

A referência de Turner (2008, p. 235) à *communitas*, que, “simbolicamente, a vida estrutural é apagada pela animalidade e pela natureza, independente de ser regenerada por estas mesmas forças”, relembra Agamben, uma vez que essa relação de morte e renascimento aponta para o conceito de *bios*; um ser liminar pode desfrutar a liberdade do viver comum, de uma vida vivida sem a interferência da *zoé*, a vida politicamente qualificada.

Isso demonstra que a *comunnitas* é um alarme para a estrutura, pois a liminaridade pode ser educativa, desde que controlada para não tornar-se um outro sistema social; “as formas inspiradoras geradas em certas experiências de *communitas* se repetem numa mimese simbólica e se tornam as formas rotinizadas da estrutura” (Turner, 2008, p. 232).

Em suma, independente do sistema social, existe o controle biopolítico, embora possam haver experiências com certo nível de liberdade, até o ponto de não prejudicar a hierarquia da estrutura social.

1.2 A agência e o liminar

O panorama de exceção e liminaridade ao qual o migrante indocumentado é submetido de diferentes formas expõe um corpo deportável, sendo importante refletir sobre a possibilidade de agência desses migrantes, irreconhecíveis e invisíveis nos países onde vivem.

Ortner (2007, p. 280) assevera que a agência “não é uma vontade natural ou originária; ela é moldada como desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente construídos)”.

A subjetividade resulta de correlações de consciências histórica e cultural. Por isso os sujeitos são capazes de se comportar a favor e contra as estruturas que os formaram. “Embora não haja uma ligação necessária entre questões de subjetividade e questões de poder e subordinação [...] [há] uma luta sobre o papel do ser social – a pessoa, sujeito, ator ou agente – na sociedade e na história” (Ortner, 2007, p. 376).

Para explicar melhor essa questão, convém-se acionar o conceito bourdiano de *habitus*. Para Bourdieu (1983), as experimentações estruturais que o sujeito apreende empiricamente nos meios sociais, produzem *habitus*, práticas que podem ser “reguladas” e “regulares”, condições que permitem aos sujeitos encararem como “naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente” (p. 64).

Ortner (2007) relaciona sua lógica acerca da subjetividade ao conceito de *habitus*, afirmando que as “estruturas internalizadas formam um *habitus*, um sistema de disposições que inclinam os atores a agir, pensar e sentir de maneiras consistentes com os limites da estrutura” (2007, p. 379). O *habitus* provoca em cada sujeito um estado particular, portanto as práticas são ajustadas como probabilidade. Assim, esse sujeito atua como um agente, validando as probabilidades como experiência a ser vivida ou não. Essa agência pode ser determinada por necessidade econômica ou social, mas também em decorrência de uma motivação íntima e particular.

Enfim, pelo *habitus* os sujeitos internalizam inconscientemente a estrutura. Todavia, a agência lhes permite não promoverem aquilo que pode lhes causar censura e prejuízo.

Nessa perspectiva, a agência de um migrante acontece desde o momento em que ele projeta perspectivas e elenca dificuldades sobre ir para outro país. Caso consiga estabelecer-se no país desejado, acionará estímulos simbólicos que o fazem perceber a vida de uma maneira distinta e particular, principalmente se não obtiver o estatuto de tal país. As experiências anteriores, somadas às vivências de estrangeiro, fazem com que suas práticas de agente estejam constantemente mediadas por questões de probabilidades.

Bourdieu (1983) aponta que o contato entre sociedades provoca uma confrontação singular entre agentes particulares, gerando *habitus* genéricos, isto é, produtos de relações simbólicas, como a língua. Porque, a língua é um componente importante para a organização de símbolos, sobretudo numa circunstância de migração, onde a presença de um sujeito pode representar resistência. Assim, quando um migrante permanece numa sociedade a qual há um ordenamento jurídico que o impõe a “invisibilidade”, mas mantém o hábito de falar sua língua nativa ou o sotaque de seu país, influenciando o vocabulário e a pronúncia da língua do país de acolhimento, ele está fazendo agência, pois produz uma mudança no pensamento coletivo.

Giddens (2003) pontua que a subjetividade é o centro previamente constituído da experiência da cultura e da história e a emprega para evidenciar as noções de estrutura e coerção na vida social, pois a ação humana decorre de uma correlação entre conduta e cognição. “Ser um ser humano é ser um agente intencional, que têm razões para as suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas)” (p. 3). E é justamente isso que se deseja neste trabalho: que o migrante indocumentado perceba-se como agente e conte as razões para migrar e permanecer onde está, mesmo em condição liminar.

Nesse sentido, o que um agente espera dos outros é que “sejam habitualmente capazes de explicar a maior parte do que fazem, se indagados” (Giddens, 2003, p. 6), isto é, a agência decorre de ambos lados. Portanto, essa premissa vale tanto para o pesquisador quanto para os sujeitos de pesquisa, pois a agência é um processo de aprendizagem e socialização, no qual o agente se posiciona nos encontros sociais, num conjunto de ações intencionais.

Destaca-se a contribuição de Gabriel e Mendes (2019) de que os significantes agência e sujeito compartilham uma mesma postura epistêmica porque a categoria de sujeito, em particular nos meios acadêmicos, é associada às ideias de emancipação, resistência e subversão. Salientam a importância de questionar como o mundo é pensado de maneira hegemônica, ou seja, à luz do pensamento cartesiano e ocidental, e como isso interfere na condição humana. Nesse contexto, a agência emerge como capacidade de ação criada e propiciada para a compreensão de subordinações historicamente configuradas, pois “os meios que garantem a subordinação dos sujeitos são os mesmos que possibilitarão que ele se torne uma agência autoconsciente” (p. 724).

Nessa direção, Ortner (2007) reflete sobre como as relações capitalistas influenciam na subjetividade, pois os sujeitos pós-modernos são “desorientados no tempo e espaço, [...] suas vidas emocionais são reduzidas a explosões emocionais incoerentes (intensidades) e humores sem forma (euforia)” (p. 393). Sendo assim, defende que o individualismo neutraliza a capacidade do agente de agir e lutar, pois cada vez mais os sujeitos incorporam valores da cultura capitalista.

Logo, é necessário desenvolver uma subjetividade complexa, pela qual o sujeito “reflete sobre – e finalmente, nesse caso, reage contra – um conjunto de circunstâncias no qual se encontra” (Ortner, 2007, p. 399).

1.3 A securitização como institucionalização da liminaridade

O controle de fronteira pode ser entendido como um rito passagem para o sujeito durante o intento migratório. E, talvez o mais simbólico nesse evento é a coerção a que os migrantes são submetidos para provarem quem, de fato, são e que, também, não representarão prejuízos para o país ao qual se dirigem. Então, a admissão, o êxito em conseguir passar pelas barreiras físicas pode ser a cerimônia confirmatória do novo *status* de um sujeito: ele será um migrante.

Desta forma, subjacente aos conceitos de estado de exceção, liminaridade e agência, faz-se necessário refletir sobre segurança e securitização, pois são cada vez mais comuns os discursos em prol da intensificação do controle fronteiriço.

A fronteira Estados Unidos-México e o mar Mediterrâneo são exemplares para asseverar que o migrante para chegar onde quer, estará exposto a vulnerabilidades. González-Fogoaga (2010) e Pombo (2012) declaram que para o indocumentado a vulnerabilidade combina aspectos físicos e psicológicos porque as circunstâncias encontradas ao longo do processo migratório são determinantes para a deterioração de sua saúde. Portanto, a capacidade de adaptar-se, eludir ou responder aos potenciais riscos da viagem faz com que cada indocumentado experiencie, de maneira distinta, as adversidades nesse intento.

Para Heyman e Ribas-Mateos (2019) há uma ressonância simbólica na fronteira entre Estados Unidos e México e para além da construção de muros e grades percebe-se as nuances de

uma política estratificante e coercitiva em que as ambiguidades morais estão interligadas às desigualdades globais. Assim, as medidas políticas de cercear a realidade fluida e confusa da fronteira correspondem a tentativas de reafirmação de poder por parte do Estado. Então, a migração indocumentada é um ato de desafio ao poder do Estado e, igualmente, às ideologias da hierarquia global.

Nesse ponto, Holmes (2013) prepondera que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) favorece o setor agropecuário estadunidense em detrimento ao desincentivo à economia rural mexicana. Assim, estimula, ironicamente, a migração indocumentada de mexicanos aos Estados Unidos em busca de trabalho e renda. Logo, o sofrimento descreve a experiência do cruzeiro fronteiriço sobretudo pela possibilidade de morte por insolação, desidratação, por picada de cascavel ou por violência como sequestro e roubo.

Já a fronteira europeia, segundo Hens e Kasperek (2019), correlaciona-se com o Espaço de Schengen num esforço de criar uma fronteira continental. E, com tal característica criou-se a noção de “fronteira externa” no intuito de controlar a migração. Só que o acordo entre União Europeia (UE) e Turquia é um exemplo da deslocação desse conceito, porque um “país terceiro” e nem signatário de Schengen, na prática, é responsável por essa fronteira, isto é, responsável por vetar a migração indesejada à UE.

Logo, por questões geográficas e políticas o Mar Mediterrâneo tornou-se um espaço onde o Sul Global lida com as dinâmicas de jugo da UE e onde sujeitos submetem-se a condições sobre-humanas devido a fatores discriminatórios.

Igualmente, a África Setentrional está sob influência da agenda de securitização e controle migratório da UE, sobretudo devido aos enclaves espanhóis. Em Ceuta e Melilha há barreiras físicas e tecnológicas na fronteira. Portanto, Andersson (2016) aponta que a UE estabeleceu cooperações com países dessa região com o objetivo de impedir a migração indocumentada para a Europa. Entretanto, outro fato notório, é a “crise das Canárias” de 2006 quando migrantes de barcos chegaram de cidades costeiras africanas como resultado do acirramento de rotas para a Espanha continental. Então, com a intensificação da securitização da fronteira marítima das Canárias, Veiga (2011) considera que Cabo Verde tornou-se atrativo para a migração, um exemplo de migração Sul-Sul, pois num contexto africano é um país estável. Contudo, a legislação cabo-verdiana exorta a migração legal ao passo que o ordenamento político daquele país trata a migração indocumentada como caso de segurança nacional e assemelhando a sua burocracia com a securitização europeia.

Hasselberg (2014), Mateus (2010) e Oliveira (2014) concordam que os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* e ao Pentágono nos Estados Unidos representam um marco no tocante às políticas migratórias e de fronteiras, porque a partir de então o migrante passou a ser tido como um potencial perigo ao equilíbrio interno estadunidense e isto reverberou

para o mundo, isto é, houve uma mudança paradigmática uma vez que segurança e migração passam a ser palavras “interdependentes” para o quadro político. No entanto, destaca-se que estes ataques terroristas orquestrados,

não foram realizados por um estrangeiro ilegal, cuja ameaça já seria previsível [...]. Contudo, os autores dos ataques eram estrangeiros que haviam entrado legalmente em território norte-americano, com visto de estudo e autorização de residência válida. Por isto, a imigração passou a ser entendida como uma ameaça a ser controlada a qualquer custo, pois qualquer estrangeiro, legal ou não, poderia ser um eventual terrorista (Oliveira, 2014, p. 18).

Posto isto, é evidente que as políticas de securitização por ocasião do Onze de Setembro dificultam a entrada de um sujeito num determinado país, bem como são um entrave para a ascensão social de um indocumentado já estabelecido. A obtenção do estatuto tornou-se mais burocrática e ao mesmo tempo houve a disposição em desburocratizar medidas de deportação, extradição e expulsão de migrantes. Além disso, na atualidade, conforme Gallegos (2018), notou-se uma expoente migração em escala mundial, a “crise de refugiados ou crise de migrantes”, em que as práticas e discursos políticos exortaram a migração “segura, regular e ordenada”. Porém, subjacente aos impactos desta crise estão as medidas vinculativas para os controles migratório e de fronteira, representando a consolidação de políticas com “rosto desumano”.

Segundo Bauman (2017) a tendência de securitizar a migração caracteriza-se uma postura em imputar ao migrante/refugiado um crime antes mesmo dele vir a cometê-lo desencadeando um “pânico moral” que subordina mentes e sentimentos humanos. E, assim, crianças afogadas, muros, cercas de arame farpado, campos de concentração propendem a ser cada vez menos noticiados uma vez que estão cada vez mais regulares, ou melhor, todas essas deliberações que tanto securtizam quanto desumanizam não estão a causar pesares morais.

Dessa maneira, vale ressaltar o que Heyman e Ribas-Mateos (2019, p. 7) consideram como “sul orientalizado”, isto é, a securitização da fronteira provoca no migrante indocumentado uma fetichização tal qual Edward Said (1935-2003) a identificou nos aparatos de produção de conhecimento no imperialismo que propiciou a subestimação e generalização de culturas e ideias acerca do oriente. Assim, quando governos promovem a migração oficial concomitantemente expõem aos que migram através de meios extraoficiais a desumanidade, porque impõem ao indocumentado a violência soberana (Agamben, 2004) dentro e fora da fronteira, bem como, tornou-se uma maneira de reafirmação da soberania sobretudo com “neoliberalismo com feição fascista”, pois

temas migratorios o antimigratorios y los discursos racistas, [...], se transforman en políticas migratorias con enfoque de control y seguridad nacional puro y duro. [...] El nuevo universo de ideas, discursos y prácticas apela directamente a la migración como un problema y a los migrantes como una amenaza a la seguridad (Gallegos, 2018, p. 19).

Neste matiz, Drotbohm e Hasselberg (2015), consideram que retóricas deturpam ao senso comum a imagem de estrangeiros, pois a busca por segurança nacional baseada na securitização proporcionou uma mudança na aplicação de sanções de imigração, culminando com a normalização das ações policial e burocrática de detenção e regresso forçado, resultando no regime de deportação como ferramenta para causar a sensação de segurança interna, significando, também, uma forma do Estado de controlar sua própria população, como diz Foucault (2008, pp. 15-16): “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”.

A fronteira avigora-se como um *gatekeeper*, segundo Mateus (2010), pelo seu comportamento perante os fluxos desejados e indesejados. Capitais ou trocas comerciais cruzam fronteiras sem grandes atritos, enquanto que para o trânsito de pessoas as fronteiras tendem a ser tão intransponíveis quanto possível. Assim, Mateus (2010) e Oliveira (2014) seguem a Escola de Copenhaga por exprimir que a agenda da segurança não lida com a ameaça propriamente dita, mas com aquilo que pode ser tido como perigoso e da “capacidade de apresentar algo como ameaça, independentemente da sua existência real [...]. O apelo à segurança implica que não se esteja perante um problema normal, mas sim uma ameaça existencial” (Mateus, 2010, p. 6).

2 Eterno Retorno

2.1 O corredor de deportação

O corredor de deportação, conforme Drotbohn e Hasselberg (2014), é transnacional, pois a deportação de um estrangeiro não é um evento singular. Mas é um processo que começa muito antes, talvez com o próprio intento migratório, e continua muito tempo depois, por abranger lugares, tempos, sujeitos e instituições.

A deportação, para Hasselberg (2016), regula a mobilidade humana, como também fundamenta a noção de cidadania, uma vez que toda deportação reafirma o poder estatal, pois somente este, tem os atributos jurídico-burocráticos para conceder o direito à residência, que por sua vez é condicionado à cidadania. Já a deportabilidade impacta as percepções de justiça e sentidos de segurança de migrantes. Por ser uma ferramenta de controle social em que indocumentados não possuem vida privada, assim, significando que o Estado tem ação sobre todas as suas decisões que venha a tomar.

Hasselberg (2016) dispõe que a não deportação de estrangeiros deixam-nos num limbo legal: não incluídos à sociedade na qual estão, mesmo que estejam fisicamente presentes, são impedidos de participar ativamente dela. E esta situação tem que ver ao que Tuner (2005) chama de estado de *outsiderhood*, pois estão permanentemente à disposição dos arranjos estruturais de um sistema social.

O que é direito torna-se algo abstrato, sobretudo, numa realidade como é escrutinada por Agamben (2007). O que pode significar que mesmo que um migrante recorra à justiça para obter o estatuto ou para impedir uma deportação, ele poderá entrar numa batalha jurídica já decidida, ou melhor, perdida, já que é predefinido tê-lo como o *homo sacer*.

A morosidade das transmissões e desdobramentos judiciais, segundo Hasselberg (2016), é uma resposta implícita a migrantes para que desistam e deixem, por conta própria, o país onde estão. Na saída voluntária, revela-se a consciência que regressar à sua origem é "melhor" a continuar sobrevivendo nas incertezas.

Assim, se o próprio migrante pede por sua deportação, a remoção não é imediata. Evidencia-se, pois, um tratamento insensibilizado já que a opção pela saída voluntária significa que ele está num ponto crítico, de falta de condições físicas, emocionais e financeiras. As relações entre o indocumentado e o país de acolhimento são mediadas por uma burocracia impessoal e universalizante, não há solidariedade, e a marca da deportabilidade fazem com que muitos sintam-se indignos de confiança, infantilizados e desumanizados (Hasselberg, 2016, p. 91).

Desse modo, Hasselberg (2016) interagiu com migrantes que cometeram algum crime, e apesar do cumprimento das sentenças e das apelações, estão numa situação de deportação iminente. Porém, em relação à morosidade jurídica e a forma como a família dos possíveis deportados experienciam perenemente as frustrações da deportabilidade, podem, de certo modo, ser extensivo a todos os indocumentados porque não se trata de generalizar, mas de estabelecer que para além das especificidades de cada indocumentado, todos estão submetidos a uma lógica de suspeição.

Nesta perspectiva, Guia e Pedroso (2015, p. 132) trazem à discussão a “crimigração”, que se assenta “na criminalização crescente de migrantes, com a aplicação da lei penal a migrantes (que não cometeram crimes)”. Tornou-se uma resposta à migração indocumentada e por sua vez inscreve aos deportáveis não só a liminaridade, mas um constante sentimento de incerteza que influencia as suas percepções acerca do futuro, fazendo-os que não consigam mais abstrair a não ser pensar a respeito de sua deportabilidade.

Assim, Bauman diz que refugiados/migrantes econômicos são pessoas estigmatizadas e isto faz com senso comum as vejam como não humanos, pois

as pessoas estigmatizadas são repelidas, expulsas, banidas do grupo a que poderiam aspirar [...], pressionadas a reconhecer e aceitar o veredicto público de sua imperfeição e, portanto, de inferioridade: seu fracasso autoimposto em atingir um padrão [que depende do] visto de entrada no grupo desejado. [...] Se o estigmatizado aceita o veredicto da “sociedade mais ampla” - termina na depressão e muitas vezes na impotência (2017, p. 26).

Para Peutz (2006) o deportado é feito, figurativamente e/ou literalmente, para desaparecer e mesmo quando é possível localizá-lo, pode ficar constrangido pelo estigma de sua condição ou com medo de represálias de governos, o que corrobora com o *homo sacer* de Agamben (2007). Resulta na desvalorização do estrangeiro como aquele que deve ser controlado, simplesmente pelo fato de ser “o outro”, sendo conveniente sempre mantê-lo como marginal, pois qualquer deslize é motivo para experienciar a violência estatal.

O transnacionalismo, consoante Peutz (2006), apreendeu, a princípio, a ressignificação de conceitos como o de cidadania. A cidadania, no caso, seria “flexível” uma vez que o sujeito transnacional estaria imbuído de subjetividade, o qual lhe permitiria relacionar com o tempo e o espaço, todavia, isto é contrastado pela realidade das deportações.

A deportação mostra como a globalização neoliberal gera um tipo de imobilidade para alguns indivíduos e a economia da deportação é a evidência disso.

A migração adjunta à globalização, transnacionalizaram identidades e as geografias urbanas, entretanto as deportações “em massa” evidenciam que as instituições da sociedade civil são espaços de reprodução de interesses do estado de exceção, pois que a degradação e a desmoralização que os deportáveis são acometidos não causam a devida comoção popular.

Portanto, De Genova (2002) e Peutz (2006) articulam o neoliberalismo com a noção de estado-nação ao sugerir que as migrações indocumentadas são migrações preeminentes de mão de obra, pois a lógica do modo de produção capitalista contribui para a mobilidade de certos trabalhadores e já o caráter de “ilegalidade” inculcado a estes sujeitos é um *status* jurídico que implica uma decisão política, porque a “ilegalidade” é uma relação indissociável da cidadania. Ser cidadão depende de ser reconhecido por um estado-nação e, concomitantemente, o não reconhecimento desempenha um misto de liminaridade e de custo-benefício em razão do indocumentado ser um trabalhador que não possui garantia jurídica, mas de valor pelo o que produz através de diversos serviços que prestam aos cidadãos. Assim, “não há migrantes ‘ilegais’, mas migrantes ilegalizados” (De Genova, 2018b, p. 34).

Ou melhor, a “ilegalidade” correlaciona-se mais uma vez a Agamben (2007) ao tratar da relação de bando, isto é, quando o sujeito é posto fora da lei. O indocumentado é indocumentado justamente por não estar numa situação “legal”, diga-se, ele não é reconhecido pelo ordenamento jurídico enquanto sujeito de direitos e deveres. Assim, quando se trata de deportá-lo, o Estado age por meio da exceção visto que não há políticas para fazê-lo existir “legalmente”, mas há dispositivos para removê-lo.

O mercado de trabalho tira proveito da falta de *status* do indocumentado, porque as “dinâmicas que ilegalizam os migrantes e produzem as condições para a exploração de seu trabalho” (De Genova, 2018b, p. 36) bem como a invisibilidade sociopolítica de migrantes nas sociedades onde estão, remete a agência, pois “a desqualificação desses migrantes ilegalizados da capacidade de autodeterminação implica também que eles são incompetentes para autogovernarem-se e para a cidadania democrática” (p. 37).

Por sua vez Holmes (2013) verificou como os corpos de trabalhadores indocumentados padecem em consequência de múltiplas violências estruturais: desnutrição, problemas de visão, problemas dentários e anemia são alguns aspectos da deterioração física desses migrantes. Além da dificuldade em obter medicamentos, das consultas e diagnósticos médicos precários, da impossibilidade em manterem seus corpos asseados. Como também das circunstâncias que os obrigam a trabalhar mesmo com a saúde debilitada, pois são sujeitos liminares, sem direitos e substituíveis.

Novamente, De Genova (2018a) relaciona questões de raça e trabalho. Colocando que o deportável é *racializado*, isto é, uma metáfora elucidativa para interpretar contemporaneamente que a relação capital-trabalho ainda mercantiliza a capacidade produtiva de indivíduos. E, por meio de escritos de Marx (1818-1883) como também alicerçado nos estudos pós-coloniais, ele considera que o capitalismo, por si só, é racista, pois ao longo dos tempos e de retóricas fomentou a imagem do homem europeu colonizador como o padrão cultural desejável, ao passo que construiu

desigualdades jurídicas e injustiças sociais subalternizantes, expondo sujeitos à miserabilidade e ao preconceito racial.

Nesta lógica, é intrínseca a relação entre migração e capitalismo já que a força de trabalho é o principal fator que movimenta as trocas capitalistas mundialmente. A circulação da força de trabalho, bem como do capital, é impossível sem a igual circulação de humanos. E a escravidão exemplifica isso, porém a vigente condição pós-colonial faz com que o trabalho “negro” se apresente também em trajes “estrangeiros” (De Gênova, 2018a).

As contradições que permeiam a migração indocumentada trazem à tona reflexões acerca de resistência, resignação e resiliência, pois como relata Hasselberg (2016, p. 116): estar no “corredor de deportação” significa acima de tudo “deixar o país de acolhimento”, em vez de “voltar para casa”.

2.2 A “América” é para quem?

O sistema social estadunidense ainda é estruturado sobre desigualdades de classe, raça, cidadania, gênero e sexualidade, o que gera formas de violência estrutural e simbólica (Holmes, 2013). Cunha, ao realizar um historial acerca das políticas migratórias estadunidense, pondera: “logo após a independência do país a imigração ilegal sequer existia – a grande preocupação não era barrar estrangeiros, mas sim encontrar métodos para legalizá-los e deixá-los em dia com a lei” (2010, p. 31), contanto que esse migrante fosse homem, branco e de origem europeia.

Nos Estados Unidos, a nacionalidade define-se pelo princípio de *jus soli*, isto é, qualquer um que nasça naquele solo é um nacional. Entretanto, somente nos anos 1860 os negros deixaram de ser estrangeiros naquele país, ascendendo à condição de cidadãos. Representando uma formalidade, porque, na prática, não tinham as mesmas prerrogativas que um cidadão branco.

As primeiras medidas, que instituíram um regime migratório nos Estados Unidos, datam do século XIX: “os primeiros a sofrer [restrições de entrada e permanência] foram os chineses, passando pelos japoneses e chegando a uma boa parte da população mundial” (Cunha, 2010, p. 31).

Apesar das restrições à entrada de estrangeiros, havia falta de mão de obra em alguns setores e os mexicanos constituíram o principal grupo subserviente às necessidades econômicas estadunidenses. Essa situação foi reforçada pela evolução das fronteiras dos Estados Unidos, que anexou territórios mexicanos, com imposição de fronteiras entre famílias (Cunha, 2010).

A migração para os Estados Unidos intensificou-se no pós-Segunda Guerra, quando o país atinge o patamar de superpotência e registra grande crescimento econômico. A população estrangeira crescia cada vez mais, mas era conveniente porque contribuía com a ascensão

econômica. Então, os poderes executivo e legislativo buscaram formas de regularizar a situação de indocumentados e vislumbraram exacerbar o controle de fronteira, especialmente ao sul.

Conforme Sorto (2013) e Scholz (2017), a Declaração de Independência dos Estados Unidos serviu de inspiração para a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em 1948. No pós-Guerra, os Estados Unidos, reafirmaram posições ideológicas e políticas distintas do seu rival, a então União Soviética. Assim, apresentada como antítese da contenda nazifascista (embora não criticasse a situação colonialista na África e na Ásia), redigida por um comitê presidido pela primeira-dama estadunidense, Eleanor Roosevelt, e com abstenção dos soviéticos, essa declaração foi aprovada e utilizada como fato geopolítico. Todavia, a noção individualista inscrita nessa declaração fez com que o mundo se tornasse mais homogêneo e próximo em hábitos e em valores, sob a asserção que toda pessoa humana tornou-se titular de direitos (Sorto, 2013). Então, considera-se que é necessário refletir como os direitos humanos são observados numa conjuntura de migração indocumentada, mas isso será melhor refletido adiante.

Apesar ter permanecido relativamente em paz, os Estados Unidos participaram da guerra e, por isso, recebeu um considerável contingente de refugiados de guerra (Cunha, 2010). Assim, o Programa *Bracero*, um acordo bilateral entre México e Estados Unidos permitia a migração de mexicanos para suprir vagas, uma vez que os homens estadunidenses estavam na guerra. Estima-se, nessa época, uma equivalência entre o fluxo regular e o irregular, mas a população indocumentada nos Estados Unidos cresceu constantemente, justificando a inclusão da contenção e regulação da migração indocumentada na pauta política.

Somente em 1965 os Estados Unidos aboliram de vez a restrição à migração de acordo com o país de origem do indivíduo, por meio do regulamento *Heart-Cellar Immigration and Nationality*. A partir de então, o migrante passou a ser valorizado conforme seus méritos (Cunha, 2010, p. 23).

Em 1986, surge a *Immigration Reform and Control Act* que objetivava acirrar o controle governamental sobre a migração indocumentada (Oliveira, 2014), embora também representasse uma anistia, ao permitir a regularização de migrantes que se enquadrassem em determinados critérios. À época, foram anistiados cerca de 3 milhões de pessoas, mas, nos anos 1990, já havia cerca de 5 milhões de indocumentados em solo estadunidense, “o mesmo valor de antes da anistia. Assim, os migrantes legalizados teriam sido simplesmente ‘*substituídos*’. [...] Para os críticos da anistia, [...] o exemplo da absolvição acabaria por motivar indivíduos que passam a acreditar que a ilegalidade compensa” (Cunha, 2010, p. 23).

Neste ínterim, a Guerra Fria chega ao fim e os Estados Unidos regem o processo de globalização à sua própria ordem, incorporando, gradualmente, o mundo inteiro, de acordo com seus interesses. Mas “o final do século XX testemunhou o fenômeno de fragmentação social, que

coincide com as novas ideias de preservação social ou Estado de bem-estar” (Carvalho, 2019, p. 17).

Se, antes, o Sul era motivo de cobiça das duas superpotências, tornou-se, para os Estados Unidos, motivo de atenção em decorrência da migração. Assim, entra em vigor o *Immigration Act of 1990*, que “auxiliava na imigração legal, reforçava o controle da ilegalidade e estabelecia medidas preventivas e punitivas àqueles que se arriscassem entrar no país sem permissão” (Cunha, 2010, p. 25).

Essa lei deixa claro o elogio à migração ordenada, como ainda é de praxe, mas, em contrapartida, em 1996, é publicado o *Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act*, que facilitou a “deportação de imigrantes que, mesmo com residência permanente, praticassem algum ilícito determinado no ato” (Oliveira, 2014, p. 22). Essa lei criou “uma linha telefônica para que empregadores pudessem ligar para verificar o *status* de algum imigrante e a manutenção de programa *Visa Lottery*” (Cunha, 2010, p. 27). Além disso, aumentou o número de agentes para trabalhar na migração, destinou recursos para proteção das fronteiras (cercas e equipamentos) e instituiu punições para quem estivesse ilegalmente no país.

Ainda nos anos 1990, sob o mandato de Bill Clinton, surgiam outras leis direcionadas a determinadas nacionalidades, como a concessão de outras “anistias” a haitianos, nicaraguenses e cubanos. Entretanto, no mandato de George W. Bush, o combate à migração indocumentada é acirrado, especialmente depois do Onze de Setembro. A passagem de um senso de invulnerabilidade para uma consciência de falibilidade fez dos esforços de localizar, deter, processar e deportar estrangeiros a resposta à segurança nacional.

A Doutrina Bush alargou o conceito de segurança, atribuindo ao Estado o direito de agir contra eventuais atos de outros atores que considerasse ameaçadores de sua integridade ou posição na Ordem Internacional (Oliveira, 2010). A seu turno, Carvalho (2019) aponta que os países tinham que aceitar incondicionalmente os interesses estadunidenses, sob pena de serem acusados de estarem do lado dos terroristas.

George W. Bush, em sua controversa guerra contra os considerados “inimigos da democracia”, apresentou o uso da tecnologia nas ofensivas contra o terrorismo, mas também como instrumento de securitização de fronteira, de controle e de repressão à migração e aos migrantes. Exemplo disso foi a criação, no sistema de migração, de “um registro especial para pessoas do sexo masculino de vários países, porém em sua maioria, árabes e muçulmanos. Muitos deles eram, inclusive, detidos sem prévio aviso” (Oliveira, 2014, p. 51).

Barack Obama ascende à presidência daquele país em 2009, gerando grande expectativa no que dizia respeito à migração; era esperada uma reforma para regularizar a situação de milhares de

indocumentados. No entanto, sucedeu o oposto, além de não haver progresso na legislação migratória, a gestão Obama ficou conhecida, entre as comunidades de migrantes, como a de “deportações em massa”.

O *Dream Act (Development, Relief and Education for Alien Minors)*, levado a plenário em 2010, com a proposta de fornecer o estatuto de legalidade aos jovens não-documentados que entraram nos Estados Unidos quando crianças e que foram ou estavam sendo escolarizados naquele país, ou que estavam prestando o serviço militar, não obteve votos suficientes (Oliveira, 2014).

Os mandatos de Barack Obama foram influenciados pela crise econômica de 2008, cujos efeitos, segundo Carvalho (2019) e Holmes (2013), reconfiguraram a economia mundial e expõem uma parcela até então privilegiada da população estadunidense à pobreza. Obviamente, houve prejuízos tanto no mercado de trabalho do Sul Global quanto no dos Estados Unidos. Evidentemente, esta crise reverberou na questão migratória; a supressão de postos de trabalho levou nacionais e estrangeiros a disputarem vagas de trabalho precário. A ausência de resposta do governo aos anseios financeiros dos nacionais, atrelado ao discurso de securitização da sociedade estadunidense do pós-Onze de setembro, foi suficiente para eleger Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, cujo discurso é nomeadamente de antimigração.

Com o “*America First*”, Donald Trump assegurou aos eleitores uma política que estaria a serviço do povo estadunidense. Além disso, Trump proferia que o combate ao terrorismo islâmico associa-se a uma guerra ideológica, semelhante à Guerra Fria, exortando os valores ocidentais, bem como a necessidade de um controle integral das fronteiras. O tom nacionalista de suas falas demonizava os “outros”, tornando-os todos “violadores”, ladrões”, “sujos” (Carvalho, 2019).

2.3 Direitos

“A imigração é um fenómeno socioeconómico e um problema político, não são pessoas com nome próprio, experiência de vida, conhecimentos e aspirações” (Madroñal, 2019, pp. 520-521). Então, é necessário ponderar acerca dessa exceção em que indocumentados são despojados de suas humanidades.

Maldonado-Torres destaca que os direitos humanos são um marco para a política global, entretanto, os Direitos Humanos foram concebidos no interior de uma hierarquia em que a modernidade ocidental de natureza neoliberal concedeu a humanidade a todos. Alhures, foi suscitado que a política externa estadunidense ideou esta declaração, como também foi dito que o impeto capitalista incutido nela fez que a situação colonial fosse menosprezada. É, justamente isto, que Maldonado-Torres (2019, p. 87) pensa sobre essa declaração repercutindo nos dias atuais, “as diferenças ontológicas coloniais entre seres humanos”.

Portanto, Maldonado-Torres (2019, p. 88) aponta que o termo colonialidade refere-se à “normalização das relações antológicas coloniais, bem como as práticas, as instituições e as estruturas culturais, sociais e epistemológicas às quais dão origem” e também atenta que isto reflete para a importância de direitos específicos ou ao reconhecimento da diversidade. Assim, De Genova (2018a e 2018b) também destaca para as normalizações das relações ontológicas coloniais em que há a *inclusão* obscena de migrantes por meio de seu potencial produtivo e criativo. Mesmo num contexto pós-colonial, o seu trabalho é *racializado*, isto é, uma situação análoga a dos escravizados mercantis, que eram seres desumanizados e substituíveis, sem nome próprio, sem documentos, ou seja, sem direitos.

Merigueti, então, propõe uma concepção de direitos humanos não imutáveis, que parte de uma lógica de reconstrução constante, visando compreender que “a construção de um direito humano de migrar, que corresponda a um direito subjetivo oponível em face do Estado, [ou que] no plano normativo internacional, um direito humano de migrar, que garanta aos indivíduos exercê-lo livremente e reivindicá-lo” (2016, pp. 4-5). Porquanto, 13º da Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é claro ao direito de deixar e regressar o país em que vive, todavia, não dispõe sobre o direito de ingressar e permanecer no país a que se dirige. Portanto, ainda manifesta que todo Estado tem a soberania de decisão sobre suas fronteiras.

Assim, Merigueti (2016) considera que a noção de estado-nação cooptou os direitos humanos ao classificar quem tem direitos em seus territórios. Então, o direito de migrar só será extensivo aos Direitos Humanos quando houver, por parte de países, uma renúncia (ainda que parcial) a sua própria soberania nacional.

O liberalismo estampado nessa declaração não resolve a invisibilidade sociopolítica que é característica de indocumentados, bem como é inconclusivo acerca da colonialidade uma vez que a indocumentação é exposta àqueles oriundos, sobretudo, de países com expressivo passado colonial. Não obstante, Santos (2019) assevera que pensamento moderno ocidental baseia-se na distinção invisível entre sociedades metropolitanas e territórios coloniais e, por isso, as alegações sobre a universalidade das possibilidades de emancipação dos Direitos Humanos são praticamente inexistentes, porque o capitalismo, tal como o colonialismo, é incapaz de abandonar o conceito de subumano como parte integral da humanidade.

As nuances da humanidade e do direito de livre circulação, bem como o de migração são estabelecidas de modo distinto entre os provenientes do Norte global e do Sul global:

Institui-se um direito humano como um privilégio só para cidadãos europeus, e negar um direito humano a pessoas que, por migrarem, ficam inscritas nos sentidos circulantes da desumanização. Constrói-se o privilégio da livre circulação para os cidadãos europeus e a ausência de direito para aqueles que não tem crédito de cidadania, precedentes do Sul global (Madroñal, 2019, p. 513).

As diferenças históricas entre o Sul e o Norte e os atuais deslocamentos humanos transnacionais demonstram a importância de uma perspectiva humanista acerca do direito de migrar (Merigueti, 2016). Desta forma, a luta de migrantes pela autodeterminação de ser e estar, num espaço jurídico-político em que são sujeitos liminares, numa circunstância de iminente deportação, isto é, o ato de continuar no estrangeiro, só é possível porque a agência os faz desafiarem soberanias nacionais.

3 O sonho e a realidade

Eu estava receoso em ir aos Estados Unidos seja pelo Coronavírus, seja pela possibilidade de ser inadmitido, porque, como dizem, ter o visto não significa que entrará no país. E, depois de um dia viagem cheguei à casa que me acolheu. Estava admirado com aquela paisagem típica subtropical: das relvas acinzentadas, das árvores decíduas e do perceptível renascimento das cores da natureza. Apesar de ter chegado nos dias finais de inverno, na primavera, enfim, pude conhecer a neve.

3.1 Pessoas

Wagner (2010) propõe que a antropologia é reversa, pois a cultura se faz com a prática, então quando o antropólogo em campo desenha os signos para perceber e descrever “o outro”, e a si mesmo naquela atmosfera, “o outro”, nesta dinâmica, também se torna um antropólogo, pois, como sujeito, também está, por meio de sua agência, desenhando reflexões em seu cognitivo para se perceber e explicar as práticas culturais que “o outro” – o antropólogo – quer compreender.

Nesta perspectiva, e de acordo com a paráfrase acima, eu não sei se fui tido como “o outro” pelos meus conterrâneos nos Estados Unidos, entretanto, percebi um olhar de menosprezo, de desaprovação ou de subestimação por alguns brasileiros indocumentados a quem fui apresentado como pesquisador ou a quem pude falar sobre mim. Também, senti este olhar quando estava em Portugal a estudar. Aí a maioria de meus contatos eram brasileiros indocumentados e, muitas das vezes, sentia-me fora do grupo quando o assunto era o *status* legal de cada um. Ter chegado ao país com visto e em meses ter o documento de residência, enquanto havia pessoas que estavam em Portugal há anos e não tinham a sua situação resolvida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteira, faziam de mim “maurício”².

Nos Estados Unidos, porém, alguns destes olhares sobre mim, talvez fossem porque me interpretaram como alguém que, diferentemente deles, não foi para trabalhar ou também como alguém que trataria a sua história como algo “exótico”, como se eu não tivesse nada em comum com aqueles que queria conversar. Ainda, em algumas pessoas senti resistência em conversar por receio, pois achavam que a entrevista poderia causar-lhes problemas. Por outro lado, outros tentaram me convencer a continuar nos Estados Unidos dizendo: “a idade que você está, é a idade de vir para cá trabalhar” ou “quando você receber US\$ 150 depois de um dia trabalhado, você não vai querer voltar para o Brasil”.

Vale ressaltar que apesar de ter estabelecido contatos em campo não pude entrevistá-los todos em decorrência da pandemia de Coronavírus, apesar disto, considero que o fato de ser mineiro

² Termo pejorativo, comum em regiões do Brasil, para designar filhos de pessoas abastadas e que têm comportamentos e atitudes fúteis.

e de partilhar a classe social, contribuiu para as conversas, sobretudo para relembrar alguns episódios vivenciados pelos migrantes enquanto residiam no Brasil.

Sublinha-se que os nomes abaixo são pseudónimos:

Robert tem 53 anos e desembarcou, com visto de turista, nos Estados Unidos com 31 anos. É natural da cidade de Independência, situada no leste de Minas Gerais, possui o Ensino Fundamental completo. Antes de migrar para Massachusetts, morava em Belo Horizonte, cidade para onde migrou com a família, no contexto do Êxodo Rural³, quando tinha 8 anos. E, é ele a pessoa com qual foi possível que eu realizasse a pesquisa. Além de me acolher em sua casa, é alguém próximo à minha família, assim sempre sabíamos de suas notícias e sempre o indagávamos sobre o seu regresso. Robert entre os demais sujeitos de pesquisa é o único que está nos Estados Unidos antes do Onze de Setembro e, por isto, possui o *Social Security Number* e teve um visto de trabalho. Desde que chegou ele trabalha no mesmo restaurante. Ele sempre trabalha em jornada dupla, antes em outros estabelecimentos e no momento ajudando sua esposa no ofício de faxinar. No Brasil, trabalhava como chefia em um comércio.

Francisca tem 51 anos e chegou aos Estados Unidos com 33 anos. É natural de Itueta, cidade do leste de Minas Gerais. É descendente de italianos, assim possui dupla nacionalidade e ingressou aos Estados Unidos com o passaporte europeu. Ela possui os cursos de magistério e de contabilidade, possui licenciatura em geografia e tem pós-graduação em educação. Antes de migrar foi trabalhadora rural e atuou como professora de geografia em escolas públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo. É casada com Robert, por isso possui o *Social Security Number*, e atualmente trabalha como *housecleaner*⁴, pois além do salário ser melhor, é mais fácil de conciliar com o trabalho doméstico de sua casa.

Lisa tem 47 anos e chegou aos Estados Unidos com 30 anos, acompanhada do filho que estava com 7 anos. É natural de Itueta. É irmã de Francisca e neste caso também ingressou ao Estados Unidos com o passaporte europeu. Possui magistério e trabalhou como professora no Brasil. No momento o único documento que possui nos Estados Unidos é a carteira de motorista e ela possui uma companhia⁵ de presta serviços de faxina.

John tem 50 anos e chegou aos Estados Unidos com 32 anos. É natural de Itueta. Possui o Ensino Fundamental completo. Lisa é sua esposa e tal como ela, ele possui descendência italiana,

3 Fenômeno que ocorreu no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, que corresponde à migração em massa da população do campo para a cidade.

4 “*Housecleaner* pode ser traduzido como faxineira ou diarista, que realiza eventuais trabalhos de limpeza em casas. Já *housekeeper* pode ser traduzido como empregada doméstica, que trabalha diariamente em apenas uma casa ou somente para uma família” (Menezes, 2015, p. 43).

5 Trata-se de quando migrantes reúnem-se para trabalharem juntos ou quando um migrante contrata outros para trabalhar consigo.

todavia, não possui a nacionalidade. Logo, entrou nos Estados Unidos pela fronteira com o México. No Brasil era produtor rural, já nos Estados Unidos teve diversas funções e atualmente trabalha como pintor.

Cassandra tem 32 anos e chegou aos Estados Unidos com 29 anos, junto da filha que estava com 3 anos. É natural de Vitória, capital do Espírito Santo. Possui o Ensino Médio completo. Elas ingressaram ao país pela fronteira com o México pelo “*cai-cai*”⁶, isto é, assim que cruzou a fronteira dos países entregaram-se à polícia. Há dois anos é inquilina de Robert e Francisca. No Brasil trabalhava no comércio e nos Estados Unidos trabalha como *housecleaner*. É a única migrante que pretende regressar ao Brasil nos próximos anos.

Sancho tem 38 anos e chegou aos Estados Unidos com 21 anos. É natural de Resplendor, situada no leste de Minas Gerais. Possui o Ensino Médio completo. Ingressou aos Estados Unidos pela fronteira com o México. Ele já morou num cômodo que Robert e Francisca arrendavam. No Brasil ele trabalhava na prefeitura de sua cidade natal e nos Estados Unidos, atualmente, possui uma companhia de faxina.

Cesário tem 40 anos e chegou aos Estados Unidos com 22 anos. É natural de Resplendor. Possui curso técnico em agropecuária. Ele é irmão de Francisca, desta forma, também, ingressou aos Estados Unidos com passaporte europeu. Atualmente, ele também possui a nacionalidade estadunidense, adquirida por meio de casamento e esteve como indocumentado por 9 anos. Durante alguns anos, ele morou na mesma casa de Robert e Francisca. Já desempenhou diversas atividades nos Estados Unidos e atualmente trabalha como gerente de um restaurante, no Brasil trabalhava na restauração.

Irmã Dulce tem 81 anos e é uma religiosa estadunidense atuante na paróquia que Francisca e Robert frequentam. Ela já esteve em missão no Brasil e assim que regressou aos Estados Unidos, nos anos 1980, trabalhou com a comunidade açoriana. Na década seguinte foi convidada por um padre português a auxiliar a comunidade brasileira que se formava. E, atualmente possui um papel essencial de conselheira e de mediadora. Recomendaram-me a entrevistá-la, sobretudo, porque tinha participado recentemente de uma missão na fronteira com o México onde assistiu migrantes.

Marcos e Ana são filhos de Francisca e Robert. Possuem 15 anos e 11 anos, respectivamente. Ambos nasceram nos Estados Unidos. Ele está a cursar *Nineth Grade* e ela a *Fifth Grade*.

Lilian tem 56 anos, é irmã de Robert, e quando tinha 38 anos, no ano de 2002, requereu o visto de turista para ir aos Estados Unidos, que foi indeferido. É natural de Independência e

⁶ É uma das maneiras para se ingressar ao país irregularmente, sendo mais arriscada bem como mais econômica. A migrante disse que “contratou” os serviços de *coyotes* somente para transitar pelo México e para o cruze de fronteira, pois adquiriu as passagens aéreas internacionais separadamente e após o veredicto da autoridade estadunidense sobre o pedido de asilo, ela mesma custeou para chegar onde está.

atualmente reside em Betim, cidade próxima à capital de Minas Gerais. Naquela ocasião possuía o Ensino Médio, hoje é formada em pedagogia e atua como professora. Naquela ocasião, ela era gerente de um estabelecimento comercial e havia ganhado de um fornecedor as passagens aéreas. E, a experiência no consulado estadunidense a fez mudar sua percepção acerca aquele país.

Leno tem 50 anos, é irmão de Robert, e quando tinha 34 anos, no ano de 2004, tentou migrar para os Estados Unidos irregularmente. É natural de Resplendor e atualmente reside em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Ele possui o Ensino Fundamental Incompleto. Naquela oportunidade, ele era taxista e desejou migrar para comprar uma concessão⁷ para trabalhar por conta própria, hoje ele trabalha como pedreiro. O seu intento migratório foi físico-mentalmente extenuante, além de não ser exitoso.

3.2 Lócus: a casa

A casa é situada na zona norte de uma cidade pequena da Grande Boston, numa área predominantemente residencial e “longe” de tudo, para qualquer deslocação é necessário o automóvel. Eu ia com certa frequência a um “*Plaza*”, a pé e a distância é de 500 metros. Francisca algumas vezes dizia que me levava de carro e me perguntava se a caminhada até lá não era cansativa. Durante algum tempo eu acreditava que não havia transporte público na cidade apesar de ver pelas ruas algumas placas de paragem. E, não só Francisca como os outros me falaram da necessidade de ter um carro, pois o transporte público na região é precário. “Ter um carro aqui é necessidade e não um luxo” disse Francisca, porque para o trabalho é essencial. Por exemplo, Robert trabalha num restaurante localizado numa autoestrada na cidade vizinha, chega-se lá de carro em 10 minutos, mas de ônibus é uma tarefa impossível já que não há linhas disponíveis entre a casa e o trabalho dele.

No caso de Francisca, por trabalhar como *housecleaner*, o carro facilita os trajetos, porque além das duas ou três casas que limpa por dia, ainda tem que ir ao encontro dos filhos, para levá-los à escola, ou aos treinos de futebol e ginástica olímpica, ou à igreja para as atividades como as aulas de português, não obstante, essas eram atividades típicas de uma rotina não afetada pelo Coronavírus e tudo mudou no dia 11/03/2020, quando o presidente estadunidense proibiu a aterrissagem de voos oriundos da Europa, e, partir de então, as aulas e as missas foram encerradas e as faxinas de Francisca foram canceladas. O restaurante que Robert trabalha funcionou em escala reduzida, atendendo somente para o consumo em domicílio e ele também ficou em casa, já que o

⁷ A concessão era comprada e podia ser transferida por herança, porém atualmente é disponibilizada pela prefeitura de Belo Horizonte por meio de licitação e há o direito sobre a concessão por 25 anos. Assim, Leno era um “auxiliar” porque arrendava o táxi para trabalhar e devendo pagar diariamente ao proprietário o valor combinado pelo uso do veículo.

seu patrão preferiu continuar com os trabalhadores-indocumentados que não possuem nenhum tipo de vínculo que lhes permitissem requerer o auxílio disponibilizado pelo governo federal.

A dependência de carro, justifica quatro automóveis que ficam parquados em frente à casa, que não possui garagem. E, três desses quatro carros pertencem a Robert e Francisca, e o outro é de sua inquilina, Cassandra, porque Robert dividiu a casa para alugar alguns cômodos, pois assim é um contributo para pagar o financiamento do imóvel. O quarto que hoje é da filha do casal também já foi alugado, Sancho foi um dos que moraram neste cômodo, porém a diferença é que há uma constante convivência com os membros familiares, ao contrário do que sucede com Cassandra, pois que os cômodos que arrendou possuem entrada independente e com banheiro e cozinha separados. No porão, no passado, foi improvisado como quarto que também foi alugado.

Da cozinha há acesso ao terreiro com um grande galinheiro, entretanto não há galos, só galinhas, porque o seu canto pode incomodar os vizinhos. Diariamente, eles cuidam e fazem a manutenção do galinheiro, geralmente é Robert ou Marcos que realizam essas tarefas pela manhã, e segundo eles já chegou a recolher duas dúzias de ovos por dia.

Em março ou abril Francisca começa a selecionar sementes de legumes e verduras em pequenos potes, para que na primavera possam replantá-los em sua horta. O legume mais desejado é o jiló⁸. E, alguns dias antes de eu regressar semearam sementes de abobora e de mostarda. O quintal ainda é ocupado por uma trave em que Marcos sempre treina o seu futebol e por um pula-pula com que Ana sempre se distrai reproduzindo as acrobacias aprendidas nas aulas de ginástica olímpica, outro utensílio doméstico brasileiro presente ali é a rede de descanso, comparada no Mercado Central de Belo Horizonte, mais utilizada pelos filhos do que pelos pais.

Ainda há um imenso cuidado com uma cadela, recém-chegada à casa. Marcos não gosta que a cadela saia para o terreiro porque tem medo que engula alguma coisa que a faça mal. E, em um dia pela manhã quando foi ao galinheiro levar água, sua mãe abre a porta da cozinha para arredar o balaio de lixo reciclável e temendo que a cadela saísse, então, ouve-se o grito dele: “Não deixe ela vir aqui para fora!”. Francisca responde: “pode deixar, eu estou *keepando*⁹ ela aqui dentro”. Conjuguar um verbo do inglês como fosse do português é uma coisa muito comum na casa, sobretudo o uso do gerúndio, isto é, o verbo do inglês com a desinência *-ndo* da língua portuguesa.

A aquisição de uma língua estrangeira - estranha e externa, portanto, - implica, necessariamente, importantes deslocamentos. Para além de sociais e culturais, estes são também emocionais e psíquicos. Dessa forma, aprender outra língua é, antes de mais nada, um processo desequilibrador, que remete à construção de novas conexões cerebrais e de uma nova identidade. Nesse processo, a língua materna - carregada de afetividade - nunca é esquecida (Menezes, 2017, p. 33).

8 Fruto comum na culinária mineira que tem característico sabor amargo.

9 *Keep* significa literalmente manter.

Segundo os relatos, pode-se considerar que a língua materna dos filhos é o português, pois as interações e estímulos com seus pais e parentes em recinto doméstico eram/são nesta língua. Todavia, muda-se o quadro no momento que os filhos ingressam à escola e passam a comunicar entre si em inglês. Robert uma vez me disse orgulhoso que o Marcos “aprendeu o português na raça”, devido a proficiência de seu filho. O português, nesta conjuntura, torna-se uma língua externa para os filhos como também é emocional, já que o falar português caracteriza-se como a “língua da casa”, isto é, um código que eles comunicam com os pais.

Para Francisca, Ana, ao contrário de Marcos, teve um irmão para conversar em inglês, além da escola, por isto, que o seu português não está no mesmo patamar do irmão. Então, as interações entre Ana e os pais são: eles falando em português e ela em inglês. Assim, quando eu entrevistei Ana, aquilo transformou-se num momento de tensão, porque era nítido em sua feição que percebia tudo que lhe perguntava, porém não conseguia se expressar integralmente em português.

Um dia Francisca repreendeu Ana, porque achou que ela tinha saído para o terreiro pela porta de seu quarto, então Ana respondeu: “*I was not saiu, was Marcos who saiu*”. Com o advento da quarentena houve mais atritos na casa como quando Marcos é contrariado e reclama em inglês, fala rápido para que não entendam o que diz. Num dia, quando estávamos almoçando Francisca expressa: “ô Raphael, você sabia que nesta quarentena eu aprendi uma nova frase em inglês? ‘*Oh, my God*’”, isto é, uma crítica a interjeição usada pelos filhos quando ela lhes pede alguma coisa e eles agem em contraposição.

O senso de humor de Francisca também é evidente quando educa os filhos, pois nas semanas que fiquei na casa eu ouvi poucas ordens e alterações de voz; ela sempre pede para que os filhos façam aquilo que quer, caso o filhos retruquem-na, ela argumenta até que os dois façam o que ela deseja. Particularmente, eu percebia o quão bom é o português de Marcos nos momentos em que ele e a mãe começavam a “discutir”; ele sempre com as suas colocações para não fazer o que a mãe pede ou para que sua mãe transfira a tarefa a sua irmã. Acredito que Marcos gosta destes embates com a mãe, já que é visível que se diverte.

A língua portuguesa, num contexto de identidade transnacional destacada por Peutz (2006), é sempre presente na casa também por meio da cultura. Ouve-se sempre música brasileira ou estações de rádios mineiras, uma em especial: a rádio Itatiaia de Belo Horizonte que permite que Robert, quando está em casa, fique sabendo dos acontecimentos da cidade e do Atlético Mineiro – o Galo – sua equipe de futebol preferida. Pela casa há diversas referências ao Galo seja por um quadro afixado na parede, seja por copos estilizados. Mas, nem sempre foi assim, Robert queixa-se que nos seus primeiros anos de migração, entre 1998 e 2000, “não havia internet para saber de notícias do Brasil, tinha que ligar para o número ‘0800’ e clicar no número que correspondia a opção da notícia desejada, como: futebol, novela...”. Desta forma, reclama por não ter tido a

oportunidade de acompanhar o Campeonato Brasileiro de futebol em 1999, quando o Galo fez uma boa campanha. A internet facilitou em muito a comunicação e o acesso à cultura brasileira, Francisca referiu que quando chegou à Massachusetts para falar com seu pai em Itueta, tinham que combinar um horário e ele tinha que se dirigir até um telefone público para que conseguissem conversar.

Assim, devido à quarentena não há transmissões inéditas de partidas de futebol e Francisca escarnecia Robert, que manifesta que sente falta de assistir futebol domingo à tarde pela televisão. Na casa há um aparelho que transmite, via internet, canais televisivos brasileiros. Por outro lado, Robert sempre alfineta Francisca ao dizer todos os migrantes oriundos das adjacências de Resplendor são primos dela, o que as vezes a causa confusão porque acha que se trata realmente de um parente. Todavia, o casal possui uma boa sintonia, talvez se não estivessem numa circunstância de migração esta harmonia não seria tão perceptível, então até mesmo quando um satiriza o outro, há uma simpatia nas falas e atitudes.

O casal, aos domingos, tem o hábito de acordar às cinco horas da matina para ouvir a missa do padre de Resplendor, um exemplo de como a religião é importante para eles. Pois, “além do conforto espiritual, os imigrantes também encontram nas igrejas um espaço de sociabilidade e de ajuda, com indicações para suas demandas mais imediatas de moradia, trabalho, escolas para os filhos e serviço de saúde” (Sales, 2005, p. 49). Robert e Francisca conheceram-se nesse ambiente. Aliás, Francisca é atuante na paróquia, além das irmandades religiosas, ela também angaria fundos para as causas sociais e é professora de português para filhos de migrantes.

A espontaneidade de brasileiros muitas das vezes é censurada subliminarmente, por exemplo, numa oportunidade Francisca comentou que Ana demonstrou insatisfação pelo fato dela “conversar com todo mundo”, Francisca continuou: “eu paro e converso mesmo, principalmente se for brasileiro”. Francisca identifica que em alguns aspectos que os seus filhos são “muitos americanos”, porque não se relacionam como brasileiros, assim, uma vez ela indagou um deles o motivo de não cumprimentar um colega que passava pela rua e a resposta foi: “eu não tinha nada para falar com ele”.

Então, o comportamento de brasileiros também se traduz em sua religiosidade, a forma como a comunidade brasileira faz a igreja contrasta com este mesmo hábito de outras culturas como a portuguesa ou a estadunidense. Para o migrante ir à igreja também aguça a memória tal como Francisca expressa: “ir à igreja me faz sentir brasileira”. Porque, ir à missa “brasileira” segue o mesmo ritual de ir à missa no Brasil, isto é, não se trata simplesmente de rezar, mas de uma musicalidade e da forma como o padre faz a homilia, que não pode ser de um jeito circunspecto.

Para Menezes (2017, p. 30), “o lar torna-se seu lugar de abrigo, refúgio e de preservação identitária”. Logo, nesta casa, o que me fazia desconfiar que eu não estava nos Estados Unidos era a

comida. A comida brasileira é muito diversa e na casa é a culinária mineira que se destaca, sobretudo pelo pendor identitário que provoca em Robert e Francisca e, de certa forma, isto também é transmitido aos seus filhos, Ana, por exemplo, gosta de pratos típicos como canjica e arroz doce.

O hábito alimentar talvez seja o principal traço cultural em que há continuidade pelo casal nos Estados Unidos. Nisto, Kraieski considera que

a “comida brasileira” é preparada, em sua maior parte, com ingredientes de “gosto” mais parecido ao do Brasil. Quando um produto não-brasileiro é comprado, recorrentemente é comparado ao brasileiro, e classificado como “igual ao do Brasil”. Nesta substituição de produtos, há um papel fundamental das interações entre as redes sociais. Através do contato destas redes, há uma troca de experiências entre os imigrantes, que recomendam ou não a compra de determinados alimentos de marcas específicas, e contribuem para que estes produtos façam parte do repertório de compra de outros sujeitos (2015, p. 45).

Assim sendo, para ser refeição deve haver o combinado arroz e feijão (ao menos, no ponto de vista dos pais), porque nos almoços, durante a quarentena, havia sempre uma “polêmica” entre as comidas “brasileira” e “americana”, às vezes surgidas por algum questionamento ou comentário meu. Os filhos do casal sempre tinham uma crítica ao comparar a comida “brasileira” à “americana”, mas sempre repetiam o prato.

O café é um hábito que foi “americanizado”, porque enquanto o bebia no copo e numa porção pequena, Robert e Francisca o bebiam numa caneca com o dobro ou triplo da minha porção. E, às vezes, o café era feito no coador de pano, comprado na loja brasileira. Mas, sempre com a mesma intensidade, forte, e ao contrário dos estadunidenses que geralmente bebem numa caneca, porém o café é fraco. Ana e Marcos também gostam de café, mas não como os seus pais, preferem-no gelado e nunca puro.

Para Francisca do que sente mais saudades do Brasil é da comida, porque mesmo que a prepare com os mesmos ingredientes e do mesmo modo que preparava no Brasil, a comida não tem o mesmo gosto. E, acredita que se deve ao fato das importações, ou seja, para que o produto esteja maduro nas gondolas muitas das vezes são colhidos antes do momento certo. Ela que nasceu e cresceu na roça e sua família produzia o que comia, a migração tornou o hábito de comer afetivo, já que é nesses momentos que relembra de seu passado e também conta sobre sua vida para os filhos.

Então, presumo, o que leva Marcos e Ana sentirem-se brasileiros é a comida, não há dúvidas que a alimentação deles é melhor, em vista da dieta estadunidense, mas é por esse hábito que os dois experienciaram sensações e emoções que seus pais transmitem-nos enquanto estão alimentando. Ou seja, eles são apresentados a diversos aspectos socioculturais do Brasil, antes e depois de tê-lo conhecido, na mesa da cozinha.

3.3 Vivendo a liminaridade

Levando-se em consideração as situações que sucedem na casa, constatam-se relações idílicas, justamente, pelo fato de pessoas de origens estrangeiras terem estabelecidos raízes nos Estados Unidos. Entretanto, o cenário de exceção torna-se proeminente quando a situação legal de alguns é questão de reflexão, pois, como alguém que reside, trabalha, casou-se, teve filhos e contraiu financiamentos não tem definida a sua situação legal nos Estados Unidos?

Robert está nos Estados Unidos há 22 anos e tem uma posição “confortável” porque teve acesso ao *Social Security Number* que lhe proporcionou acesso a “direitos”: a carteira de condução de Massachusetts e a financiar bens duráveis. Todavia, isto é incomum. Porque nem todos os indocumentados têm acesso a este documento. E é um documento que não garante permanência no país. Quando eu indaguei sobre o motivo dele ter este documento e outros não, ele respondeu que é devido ao ano que chegou ao país, e assim está abrigado a uma lei¹⁰ que sabe o número de cor. Francisca por ser casado com Robert, um ano após de sua chegada ao país, também teve direito ao *Social Security Number*. Os outros indocumentados que chegaram aos Estados Unidos na mesma data ou adiante só conseguem o acesso ao referido documento por meio judicial.

Há um número de identificação a que todos os indocumentados têm acesso sem muita burocracia: o de imposto de renda. Subentende-se que, se querem a regularização de sua situação no país, deve-se pagar este imposto. Há burlas, porém, já que não declaram realmente o que ganham, porque os indocumentados notam que não gera retorno na forma de direitos. Cassandra é uma migrante reticente em pagar o *Tax*, o imposto de renda, pois ao contrário dos outros indocumentados entrevistados que dizem só sair do país por deportação, ela diz que voltará ao Brasil em três anos. Lisa e John estão no país há anos e pagam o *Tax* e o único documento que possuem no momento é carteira de condução de um outro Estado. Ainda, outro aspecto que gera ponderação é sobre os bens, sobretudo automóveis, como nos casos de Cassandra e Sancho que não possuem carteira de condução e conseqüentemente não podem ter um carro em seus nomes. Assim, é comum ouvir comentários de indocumentados que seus bens estão registrados em nomes de outrem.

O ato de conduzir para o migrante, como Holmes (2013) aponta, é complexo e desperta sensações, porque o indocumentado percebe que qualquer ato falho enquanto dirige pode ser motivo de constrangimentos. Para migrantes ter um carro nos Estados Unidos, correlaciona-se com a necessidade de trabalhar e mesmo quando o seu uso é para tal, e o conduz conforme a legislação de trânsito, a possibilidade de ser parado numa batida policial provoca a incerteza daquilo ser o motivo de sua remoção do país. Quando eu perguntei a Robert, Cesário (enquanto indocumentado), John e Lisa quais foram os seus piores momentos naquele país, eles detalharam situações como condutores

10 Trata-se da 245 I e segundo o sujeito esta lei “fechou” em 2001, por isto, os indocumentados da mesma situação a da dele puderam requerer o *Social Security Number* e a autorização para conduzir.

ou passageiros, em que foram inquiridos pela polícia, tendo posteriormente que se apresentarem à *court*.

Entretanto, a carteira de condução confere ao portador uma “tranquilidade” que, no caso de Massachusetts, dá ao migrante uma confiança de que é habilitado, subentendendo que está regularizado. John uma vez, num dia de neve, envolveu-se em um acidente de trânsito. Ele apresentou a sua carteira de outro Estado ao policial e não teve problemas. Em Massachusetts há uma discussão no parlamento acerca da habilitação de condução para indocumentados. Robert e Francisca têm o documento deste Estado, porque possuem o *Social Security Number*, porém se a mudança na legislação for adiante, os dois não têm um outro documento necessário para efetivar a renovação. Então, ou terão que fazer como Lisa e John que recorreram a outro Estado quando não puderam mais renovar as suas conduções de Massachusetts, ou conduzirem inabilitados. Só que também não se pode residir num Estado e portar a condução de outro. Robert considera o principal aspecto que o Onze de Setembro o atingiu foi a respeito da *Driver’s License*, pois “a partir desse momento do atentado, eles surgiram com essa lei”.

Assim, Cesário discorre acerca da diferença em dirigir antes e depois de obter o estatuto:

Você sem documento aqui, você vive preocupado. Sua preocupação é que em muitos lugares você não pode ir, têm muitas coisas que você não pode fazer e de certa forma você está preso a alguma coisa. A minha situação era esta: eu tinha medo de tudo... de dirigir, pois eu tinha que ter o objetivo de onde ir e de como ir, eu tinha que me limitar. Mas, depois disso [do estatuto] você dirige despreocupado, dirige melhor.

Ainda sobre a relação do poder da polícia com o indocumentado num eventual acidente de trânsito, ele diz:

Mesmo que você não tenha documento e dependendo da situação, você pode correr atrás. Mas, se eu não tivesse documento, teria mais cuidado e hoje em dia eu não tenho este cuidado mais, se alguém bater no meu carro e se não tiver errado, eu reivindico o mais que puder e não é aproveitar da situação, mas, o certo é o certo. E, quando você não tem documento, você não tá “100%” certo; você tem um carro e tá dirigindo e um cara bate em você, porém só tem um detalhe: não é para você tá dirigindo, porque você não tem habilitação. Então, a gente [os indocumentados] fica um pouco preso a situação. [...] Eles [a polícia] têm que agir de forma equilibrada com todos e eles têm que obedecer a lei e se a lei tá falando que eu tô certo e eu não tenho documento e você tá errado e tem documento, então eles não podem interferir nesta situação [...]. Mas, se eles conseguirem qualquer mínimo detalhe que te enquadrem em qualquer outra lei, porque eles podem, eles vão usar essa ferramenta.

Logo, há uma situação de *abandono* (Agamben, 2007) de migrantes ao ordenamento estadunidense, pois estão abrigados a determinadas obrigações e ao mesmo tempo fora de direitos. E, as suas vidas estão em *betwixt and between* (Turner, 2005), isto é, eles existem para pagar anualmente o imposto de renda, no entanto, são incapacitados a conduzir automóveis - mesmo que isto diretamente viabilize o pagamento deste imposto. Assim, esta circunstância liminar e

segregadora torna-se perceptível nas palavras de Robert: “aqui nós vivemos uma prisão em liberdade, os americanos de um lado e a gente do outro. A gente trabalha, trabalha, paga o que tem que ser pago e cada um na sua”.

Ainda, em relação ao trabalho, destaca-se o caso de Robert que trabalha no mesmo restaurante desde quando chegou. Ele começou como lavador de pratos e hoje é cozinheiro, no entanto, a jornada de trabalho sempre foi a mesma, ele trabalha no mínimo 48 horas semanais. E, antes ele ganhava US\$ 6 por hora e hoje mais de US\$ 20 por hora trabalhada. E, apesar de todos esses anos, segundo ele, nem o seu patrão e nem os seus companheiros de trabalho demonstram comoção ou preocupação com a sua situação legal no país.

Já Francisca tem vínculos difusos com seus clientes: há casos em que ela entra numa porta da casa e o morador sai pela outra, pois há pessoas que querem que ela fique o mínimo possível em suas residências, mesmo que isto interfira na qualidade do serviço prestado. Não obstante, há famílias em que ela é mais que uma faxineira, é alguém próximo, que dá conselhos ou que socorre quando necessário. E, ela, nestes enlances, tem a possibilidade de falar sobre a sua vida e situação legal, assim, uma destas clientes uma vez a acompanhou ao advogado e ficou atônita ao saber dos desdobramentos do processo de regularização dela e de Robert.

Francisca disse que a maioria de seus clientes a paga há anos o mesmo valor pela faxina. Ela teve uma oportunidade e solicitou a um cliente que aumentasse o valor da hora trabalhada justificando a elevação de custos. E, isto ocorreu há 8 anos e ela já trabalhava há 7 anos para este cliente, ele começou a pagá-la US\$ 5 a mais. Ela ainda presta o serviço. Ou melhor, é muito conveniente para o contratante ter a disposição uma pessoa de confiança, que executa um bom trabalho e paga o mesmo valor pelo serviço prestado por anos. Contudo, há um cliente que aumenta esporadicamente, por si próprio, o valor da hora da faxina e o argumento dele é justamente o aumento do custo de vida. Logo, não há um expediente definido, por exemplo, presenciei Francisca e Robert saírem para faxinar sábado por volta das 23 horas.

Destaca-se a Miss Gree e segundo Francisca, não compensava mantê-la em sua agenda, porque só pagava US\$ 25 pela faxina, mas gostava de sua conversa. Uma vez a Miss recomendou que Francisca não ficasse constrangida pelo fato de falar o inglês “torto”, mas que tinha que ficar satisfeita, porque enquanto os estadunidenses falam só uma língua, ela sabe falar duas. A Miss faleceu em 2016 no Dia das Mães e alguns dias antes ela deu a Francisca um pequeno presente e uma carta que foi emoldurada.

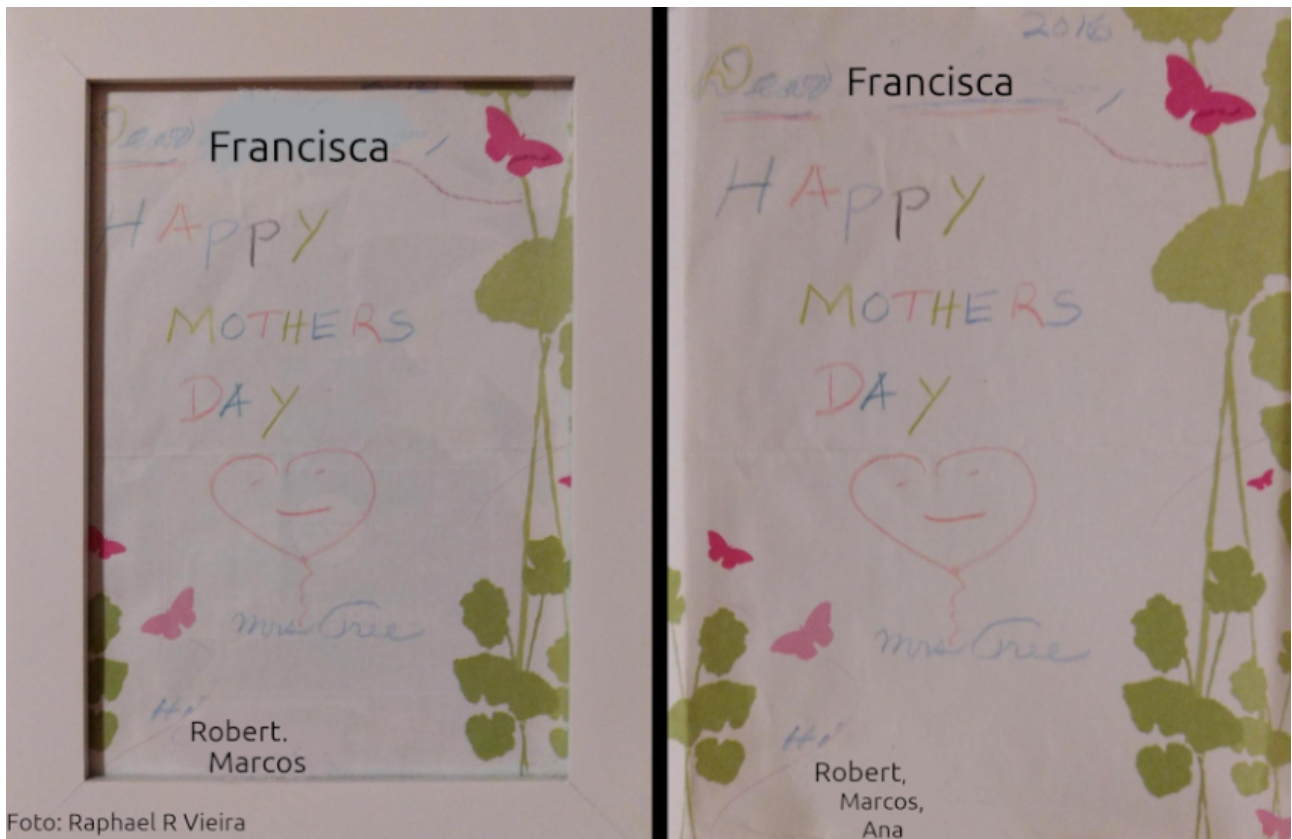


Foto: Raphael R Vieira

Quem migra por motivações econômicas está numa posição subalterna, mesmo com atenuantes como uma boa relação interpessoal no expediente de trabalho. Assim, Francisca reflete sobre sua rotina e condições de trabalho:

Eu me sentia mal, porque você estudou, se preparou para trabalhar e, de repente, você está trabalhando numa coisa totalmente diferente. Às vezes eu pegava a *basketa*¹¹ e me via segurando livros. “O que eu estou fazendo aqui?” Eu me questionava isso, muito. Aí eu parava e pensava: “vamos refletir... o que tá sendo melhor para mim hoje?” e sempre vinha a resposta.

Neste sentido, De Genova (2018b) exprime que o trabalho classifica pessoas subjacentes ao sistema capitalista, porém quando se trata de indocumentados as condições de sujeição, de dependência e de subordinação são cada vez mais verossímeis. Robert, por exemplo, com o advento da quarentena do Coronavírus ficou em dúvida se, de fato, receberia o auxílio disponibilizado pelo governo federal estadunidense (inclusive, preferiu voltar a trabalhar antes do prazo previsto) até o dia em que o cheque chegou em sua caixa de correios. Veja-se que ele *pôde* fazer o pedido já que tem trabalho fixo e tem filhos estadunidenses, mas, posteriormente, foram pedidos outros documentos que não possui, como o *Green Card*. Concomitantemente, Francisca surpreendeu-se com os cheques que chegaram em sua caixa de correios com valores das diárias canceladas por causa da pandemia, de todos os seus clientes somente uma que não se manifestou.

11 É a forma aporuguesada utilizada pela sujeita para referir a “basket”, que na tradução literal é cesta.

Neste ponto, John disse sobre a necessidade do migrante sempre ter uma reserva. Ele e a sua esposa desde quando chegaram ao país sempre pouparam um pouco dos ganhos mensais, ele não estava muito “preocupado” com a quarentena já que tinham meios de se manterem por meses, caso não pudessem trabalhar. E Cassandra também disse que suportaria se manter dependendo da duração da quarentena, inclusive conseguiu pagar o seu aluguel.

Durante o distanciamento social, verifica-se, conforme Sales (2005), a importância da organização de migrantes, porém essas redes foram virtualizadas com o auge das aplicações de mensagens instantâneas e, os interlocutores ajudaram a outros indocumentados, doando-lhes mantimentos. Pois, pedir ajuda a órgãos oficiais¹², nesta situação, como ao consulado brasileiro em Boston é muito burocrático e impessoal. No meu caso, quando disse a Robert e Francisca que pediria ajuda ao consulado, eles riram e disseram-me que é mais fácil conseguir falar com o consulado de Connecticut.

Dito e feito, liguei para o telefone, ouvi uma mensagem pedindo para que eu entrasse em contato por *WhatsApp* e assim fiz, todavia, recebi uma mensagem automática pedindo para que enviasse um e-mail. Preferi ligar para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília, que me informou um outro telefone através do qual consegui falar com um funcionário consular. Após dias sem respostas concretas, novamente entrei em contato e informaram que eu deveria preencher formulários. Robert complementa que quando um brasileiro comete suicídio, a comunidade brasileira faz uma “vaquinha”¹³ para repatriar o corpo e a única coisa que o consulado faz é emitir um atestado de óbito. Ou seja, só não contam com o estado norte-americano como também não contam com o estado brasileiro.

Seja como for os brasileiros se organizam e o que se evidencia ultimamente é que a cooperação destina-se àqueles recém chegados, sobretudo pela fronteira com o México. Nenhum dos indocumentados entrevistados atualmente recomendam a migração para o país, de forma irregular, justificando com o custo de vida e dificuldade de conseguir trabalho. Outro fator considerado maior, é a chance de ser deportado. Segundo Robert quando começaram a repercutir acerca das deportações em massa, considerou uma vantagem, porque seriam destinadas a migrantes que cometeram crimes, como o de trânsito, ou os que participam de máfias, e assim moralizaria a “imagem” de migrantes já que a maioria são pessoas idôneas e, eventualmente, poderia render numa medida de regularização. No entanto, sucedeu o oposto, isto começou a ser extensivo a todos os migrantes.

12 Sugestão: *Sem ajuda de Trump ou Bolsonaro, imigrantes brasileiros sofrem em crise do coronavírus nos EUA*. Recuperado em abril, 2020, de <https://bbc.com/portuguese/brasil-5225218>

13 Termo popular em regiões do Brasil para se referir ao rateio entre amigos, para pagamento duma despesa.

Então, os que tentam ingressar irregularmente no país, e conseguem, não têm a possibilidade que recorrer a uma decisão judicial como os que lá já estão estabelecidos há algum tempo. Neste ponto, Dulce é categórica ao dizer que “o Trump conseguiu fazer o que queria, que é sumir com os migrantes”, isto é, há uma intimidação escancarada, os migrantes têm um receio intrínseco em si, que talvez antes não se experienciara.

Na quarentena, em casa, Francisca leu uma mensagem publicada num grupo de *WhatsApp* que recomendava atenção, porque o Coronavírus não impediria o *ICE*, isto é, os agentes de *U. S. Immigration and Customs Enforcement*, de prender e deportar. Assim, Robert disse-me que em todos esses anos de Estados Unidos, até então, nunca tinha visto uma viatura do *ICE* onde reside, já que esta cidade é uma “cidade dormitório”¹⁴ e há poucos migrantes. Isto causou-lhe apreensão. Fecha-se todos os dias o cerco, há sempre a esperança de que o próximo governo seja “melhor” para o migrante, a iminente deportação amedronta, mas sempre há uma fé de que aconteça alguma coisa que ajude à regularização. Quando se têm filhos estadunidenses, esse fato pode causar contenda. E Francisca faz usos de eufemismos para falar com os filhos sobre a indocumentação, mas sabe que eles compreendem a diferença de suas situações familiares, mormente, porque seus filhos estudam em escolas onde há poucos alunos com pais estrangeiros-indocumentados:

Eles têm uma certa vergonha da gente na escola, eles não gostam que nós vamos à escola porque o inglês da gente é todo torto e eles ficam com vergonha[...]. Eles conseguem perceber, por exemplo, que esse presidente que não está aberto aos migrantes, eles falam: “mãe, ele é *bad*, ele não gosta de migrantes”, ou seja, eles têm uma noção que nós temos essa diferença. Eles sabem, nós não somos como os pais daqui. Há uma barreira entre nós e os pais daqui. Por exemplo, meu filho gosta muito de futebol e quando há alguma coisa nas casas dos amigos deles, tipo um aniversário, eles nem falam, não querem ir ao aniversário, eles têm vergonha da gente levar e conversar com a família por causa do inglês.

Francisca incentivou-me a entrevistar os seus filhos, inclusive a fazer algumas perguntas. Eu os entrevistei, porém achei conveniente fazer outras perguntas. Quando perguntei a Marcos se ele incomodava em fazer traduções para sua mãe, ele respondeu que não, que se acostumou com isso. Enquanto, Ana disse-me que quanto tinha 9 anos deu aulas de inglês para os pais, porém a rotina semanal não logrou. Assim, durante a quarentena, ao longo do dia sempre se ouvia a voz de Francisca recomendando os filhos a estudar e a ler. Nem sempre era atendida. E, segundo ela, apesar dos pedidos não pode exigir demais, porque não sabe a língua e não pode contribuir nos *homeworks*.

Já quando Lisa e John falam sobre o seu filho percebe-se que falam com orgulho, porque ele chegou com seus pais ao país ainda criança, e o fato de migrar nesta idade e nessas circunstâncias, fê-lo ter um senso de responsabilidade que talvez não teria se tivesse permanecido no Brasil. E, foi um ato de agência tanto para ele quanto para Lisa e John conseguirem formá-lo numa universidade

14 Onde se alojam pessoas que passam o dia noutra cidade.

estadunidense, pagando-a “à vista”¹⁵. Lisa tem certeza de que o histórico pessoal e familiar de seu filho fá-lo-á dar valor ao seu diploma de modo diferente de seus colegas de classe.

Neste sentido, Lisa ao aludir acerca de seu objetivo inicial nos Estados Unidos, que era conseguir fundos para a formação do filho, considera-se injustiçada, porque, segundo ela

quando o imigrante vem para cá ele ajuda a construir esta terra; claro, que há exceções, há pessoas que vem para cá sem objetivo; há as que bebem e vai dirigir. Mas, tem muitas famílias que vem para cá com o intuito de melhorar a sua própria família, com o intuito de trabalhar honestamente e de não fazer nada de errado, então, quando a gente tem um objetivo; cada família deveria ser olhada... cada pessoa deveria ser olhada, se trabalha direitinho, se é honesto e se paga as suas contas, se vive uma vida regular... deveria ser valorizado e posteriormente documentado. Se a gente morre é tratado como indigente ou mandamos o corpo para o Brasil, ou é enterrado nesta terra como indigente, porque não temos documentos aqui. Então, a gente não sabe o dia de amanhã e a gente não tem nome... a gente não tem um documento certo para conversar com uma autoridade quando é preciso.

John fala sobre ter “uma identidade neste país, porque eu formei um filho engenheiro aqui”. Todavia, razão que apesar de poder comprovar os seus vínculos no país, ele a sua família, não consegue ao menos vislumbrar um pedido de regularização, porque não há uma “lei” como no caso de Robert. Robert teve a possibilidade de requerer a regularização, pois chegou ao país em 1998, Francisca também pôde requerer devido ao casamento, e ambos começaram os trâmites burocráticos em 2003. Robert e Francisca ainda estão na expectativa de uma resolução, eles não tiveram “sorte”, conforme assevera:

Tem gente que entrou no mesmo dia, do mesmo trabalho [de Robert], no mesmo advogado. Na época que a gente entrou com o processo, o meu marido foi primeiro, foram lá umas cinco pessoas, desses cinco talvez três já têm o documento, talvez tem uns 10 anos atrás que eles já têm o documento. E o nosso se agarrou, o advogado pegou muitos processos e ele não deu conta, ele fez coisas erradas ao assinar o papel, tipo assim: ele não publicou o que tinha que ter sido publicado na data certa....

Francisca ainda fala da impessoalidade com que a justiça estadunidense tratou os seus casos, porque se houve algum erro não foi deles, mas sim advogado que contrataram. Mas, intui, que o fato dela ter ingressado nos Estados Unidos com o passaporte italiano e ter ultrapassado o prazo de permanência permitido é um dos motivos da morosidade. Ela ainda considera, do mesmo modo de Peutz (2006), “que quando a polícia pega alguém, resolve”. Ou seja, não há morosidade quando se trata de deportar. Logo, John complementa ao dizer que não é interesse do governo conceder a regularização a indocumentados, porque

quando você “leva” uma *court*, você vai ao juiz, então, ali é quinhentos, mil dólares. Nisto, *tá* envolvendo policial, *tá* envolvendo advogado, *tá* envolvendo muita gente, então, ali *tá* girando muito dinheiro para eles [o Estado]. Já vi matérias [jornalísticas] e foi comprovado

15 Locução adverbial cujo pagamento é realizado de forma imediata. No caso, referiam-se ao fato de terem pagos as mensalidades da universidade sem qualquer subsídio e possibilidade de contrair financiamento. O valor integral da graduação foi entorno de US\$ 120.000.

isto, que neste Estado eles ganham vinte milhões por ano só com imigrante indocumentado que vai às audiências, então, *tá* tendo benefício com isto, e é um dinheiro que *tá* entrando a mais para eles. Por isto, que eles não querem liberar uma lei, porque eles estão sendo beneficiados com isto, eles estão pensando neles e não em você.

Sancho lida com a sua condição de indocumentado com resignação, ele entende que não tem o que reivindicar ao governo estadunidense e também não se sente injustiçado, porque considera que ele é o errado em estar nos Estados Unidos sem a devida autorização, inclusive, gratula pelo que adquiriu economicamente no país.

Portanto, infiro que esses indocumentados não percebem os Estados Unidos como um lar, ao contrário do que explicitado por Hasselberg (2016, p.116). Isso, talvez seja um mecanismo de autodefesa, pois em seus íntimos sabem que são deportáveis, e não gerar esta expectativa descreve-se uma maneira de lidar com suas frustrações e angústias advindas de suas ambiguidades jurídicas. Entretanto, ser liminar (Turner, 1974) caracteriza-se como agência já que se permanece num lugar que não deveriam estar. A deportabilidade é sofrer violências estruturais, ou melhor, a violência de ter que migrar de sua terra natal por motivos econômicos e a violência de ser inscrito na irregularidade no estrangeiro.

Desta maneira, a migração econômica interliga-se a indocumentação e são, sem dúvida, aspectos de exceção. O Brasil é um país gerado na exceção do mercantilismo e com um processo de independência confirmado por um acordo aristocrático. Assim, as medidas tomadas nos séculos passados reverberam atualmente no país, a desigualdade social é o principal exemplo disso é o que, diretamente, fomenta a migração. A subalternidade é inerente ao sistema capitalista e os Estados Unidos tiram proveito de sua geopolítica imperialista, bem como, do potencial produtivo e criativo de pessoas invisíveis. Estar sob o jugo de ordenamentos jurídicos denotam que determinadas pessoas são *homos sacers* (Agamben, 2004), quer em suas origens, quer no estrangeiro. Então, a migração indocumentada não é um desdobramento de exceção restrito ao país de acolhimento, mas se inicia onde o migrante nasce.

Assim, lidar com a memória é imprescindível ao migrante, porque trata-se de “uma reflexão sobre a mudança, como dimensão inerente do tempo das sociedades humanas, uma tomada de consciência sobre a produção da diferença, uma negação do mesmo pelo reconhecimento de sua inevitável transformação em outro” (Guarinello, 1993, pp. 187-188). O indocumentado numa interseção histórica e cultural em que seus atos são fortemente influenciados pelo passado, todavia, a indocumentação, para além da migração propriamente dita faz com estes sujeitos tenham se transformado em outras pessoas, marcadas por comportamentos cerceados por um imaginário coletivo que os expõe a liminaridade. É uma questão moral a forma como o migrante lida com sua memória para falar sobre o seu passado e presente, bem como projetar o futuro. Logo, alguns dos entrevistados não conseguem imaginar como estarão daqui cinco anos.

Nesta perspectiva, ainda que esteja numa situação subalterna o indocumentado deve ser íntegro e não procurar tirar vantagem como também conformar-se diante das estruturas. Isto, faz-me lembrar de meu pai e de minha avó, ambos migrantes do Êxodo Rural, de quando ele aconselha sobre a importância de ser adimplente, mas sempre contextualizando com uma passagem de quando chegou à Belo Horizonte. Já minha avó, nas poucas vezes que fala sobre isto, é evidente a aversão que tem ao lembrar de suas relações de trabalho quando chegou à Belo Horizonte, a qual percebia que estava numa posição desfavorável, mas considerava conveniente permanecer calada. Os indocumentados expressam que a retidão é importante para permanecer naquele país e, mesmo assim, quando é necessário questionar ou reivindicar alguma coisa deve-se fazer “com jeitinho”, pois sabem que mesmo que estejam com a razão não estão numa posição de igualdade.

Assim, um dia eu ouvi uma conversa sobre um terceiro, que está na mesma situação legal de Robert, entretanto, ele não fez o pedido do auxílio disponibilizado devido ao coronavírus, porque o restaurante que trabalha disse que, caso o fizesse, poderia prejudicá-lo no processo para obter o estatuto. Robert considera que isto é uma manobra do empregador, porque futuramente o governo pode fazer com que ele também arque com o custo deste auxílio. E, no caso deste migrante, ele optou pela recomendação do patrão. Robert, também disse que no restaurante que trabalha, quando há fiscalização são entregues parte das fichas funcionais de migrantes, pois o empregador dispõe das fichas de empregados que operam funções em que são fáceis encontrar substitutos. Ou seja, os imigrantes apercebem-se de como os empregadores não só são conscientes da situação de desvantagem dos indocumentados como agem, em seu proveito, tendo isso em consideração. Sem serem tidos como parte do sistema, eles são também, o sistema.

O trabalho tem interligações que os extravasam: o acesso à saúde por exemplo, uma vez que empregadores subsidiam parte do seguro de saúde, pois, ouvi queixas acerca de valores para acessar este direito, contudo, nenhum dos entrevistados queixaram-se da qualidade deste serviço, ou disseram que sofreram algum preconceito por serem estrangeiros ou indocumentados. Pelo contrário, relataram que quando um tradutor não os acompanham, os trabalhadores da saúde fazem o possível para que sejam compreendidos. Lisa disserta que, como autônoma, o seu direito à saúde e de John dependem do declarado no imposto de renda, de uma avaliação física e, sobretudo de vontade política, já que nos últimos anos percebe-se o aumento burocrático para renovar os seus seguros. Aqueles que não possuem seguro também são atendidos quando necessitam, porém o valor é alto. E, Lisa complementa, que é possível recorrer do valor, inclusive há organizações que auxiliam como requerer esta revisão.

Assim, com a incessante rotina de trabalho recorre-se à automedicação; Lisa diz que só consegue descansar após um dia trabalhado se tomar um relaxante muscular. Enquanto Robert reclamava constantemente de uma dor na região lombar, pois, segundo ele esta dor é consequência

das horas que passa em pé no restaurante. Ele recusava ir ao médico devido ao custo e variava de comprimidos para saber qual é o mais eficaz, porém, parou de sentir esta dor nos dias que teve que ficar em casa por causa da quarentena.

Trabalho e vida do indocumentado é uma questão de como lidar com o corpo e a mente num contexto de invisibilidade. Francisca tem parentes em Massachusetts, além dos que visitam o país devido a facilidade do passaporte italiano. Isto faz com ela tenha com quem contar, com quem se queixar e com quem confraternizar, ou seja, mantêm os laços de família e esta afetividade é uma forma de manter a mente sadia. Já Robert não possui nenhum parente próximo no país. Para ele o Natal é uma das coisas de que sente mais saudades do Brasil e apesar de comemorá-lo com sua família, não é do mesmo jeito; ele compara o natal da casa de seus pais, no Brasil, com todos os irmãos e sobrinhos, muita comida e pessoas conversando, ao Natal comemorado nos Estados Unidos, que não tem a mesma emoção; ele sente falta de aspectos intrínsecos da cultura brasileira.

Contudo, dois irmãos de Robert tentaram ir aos Estados Unidos no começo dos anos 2000. Lilian explica muito bem a securitização com a sua experiência no consulado estadunidense no Rio de Janeiro quando o seu pedido de visto foi indeferido. Ela que tinha uma imagem positiva do país ficou surpresa ao sentir que era vista “como uma inimiga dos Estados Unidos”. Ela achou muito inusitado ao aproximar-se do edifício onde se localiza o consulado ver as ruas com trânsito impedido por barreiras e com seguranças armados. Ao adentrar ela disse que se sentiu como estivesse numa prisão, porque o local era cheio de grades e “frio”. Quando foi entrevistada pelo agente consular ela sentiu-se intimidada e humilhada. Ela não tem dúvidas que o Onze de Setembro influenciou neste tratamento e na necessidade “de tanta burocracia só para conhecer um país”. E, ainda considera, por meio de um exercício de comparação, que os Estados Unidos tratam o seu irmão da mesma forma que a trataram, pois

uma pessoa que mora no país há 22 anos, porque 22 anos são 22 anos! no mínimo era para ser considerada cidadã americana. Ele já contribui muito com o país [...], então da mesma forma que ele [Estados Unidos] trata a gente [ao requerer o visto] como um inimigo assim ele trata um imigrante [que lá estar] [...]. O problema dos Estados Unidos que para ele todo mundo é inimigo.

Quando Leno foi aos Estados Unidos, nem tentou requerer o visto, pois acreditava que não conseguiria. Ele decidiu ingressar ao país pelo México. Ainda hoje consegue descrever perfeitamente os momentos cruciais de seu intento migratório como quando teve que pular de um ônibus em movimento ou quando teve que passar de madrugada pela gélida correnteza do Rio Bravo. Ele cruzou a fronteira, entretanto, o carro em que estava com outros migrantes foi interceptado pela polícia em Laredo, Texas. Ele passou meses encarcerado e regressou ao Brasil, num voo fretado, com outros deportados. Leno diz, quando refletia sobre o seu intento que levava mais em consideração os benefícios aos possíveis infortúnios. Assim sendo, não pensou sobre o fato

de que seria um indocumentado, porém exprime que a partir do momento em que saiu de Belo Horizonte sentiu-se um “estrangeiro no próprio país” e durante a sua prossecução “isso foi só piorando”. Logo, ser estrangeiro no próprio país correlaciona-se com o *homo sacer* de Agambem (2007), ou seja, trata-se de pessoas liminares expostas assertivamente à exceção de sua terra natal, como frutos da desigualdade social do sistema capitalista e que percebem na migração vantagens econômicas.

Assim, um dia acompanhei Francisca e Robert à casa de Lisa e John, o assunto sobre Leno surgiu e Lisa disse que é irônico o fato de Leno não ter conseguido “entrar”, porque naquela época estava muito “fácil” em relação à atualidade. John cruzou a fronteira na mesma altura da tentativa de Leno e diz que foi privilegiado, porque durante os seus 17 dias de processo migratório nada lhe aconteceu, inclusive, quando relata e detalha sobre isto acham que está mentindo:

Eu gastei US\$ 11.000 para chegar aqui. A minha viagem foi um pouco melhor, porque eu gastei um pouco mais e muitos brasileiros que vinham sofriam muito, muito, muito, nas mãos de *coyotes* porque pagavam US\$ 6.000 pela viagem, e o risco é grande. Mas, teve brasileiros que pagaram até mais do que eu e não tiveram o mesmo privilégio.

Sancho diz que entrou no país pela “porta dos fundos” e não experienciou a mesma tranquilidade de John, pois o seu corpo estava exausto depois de 15 dias de viagem até Massachusetts. Ainda teve, no percurso, uma experiência de risco de vida:

Na fronteira, nós entramos numa caminhonete e viemos em direção para passar o deserto, mas demos de cara com a polícia imigratória dos Estados Unidos e rapidamente o rapaz que estava na condução do carro, ele passou a madrugada toda fumando maconha (risos), então, incrivelmente na frente da viatura ele conseguiu fazer o retorno com a caminhonete e fugimos. Logo, quando entramos na área da fronteira dos Estados Unidos e México, a polícia não podia mais passar, mas a polícia dos Estados Unidos colocou o bico do carro, a frente do carro, um pouco além da cerca e o cara que estava dirigindo deu uma [marcha] ré para amassar o carro do policial, o policial deu ré, afastou e rapidamente tirou do carro uma calibre 12 e mirou para a gente e todo mundo no carro abaixou com medo, aí o policial resolveu não atirar e aí voltamos para o meio do mato, nós percebemos, também, que a polícia imigratória mexicana estava na área e como nós somos brasileiros, não podíamos ficar naquela área, então, deveríamos esconder, porque poderíamos ser deportados ou eles pediriam dinheiro... aí escondemos e quando anoiteceu nós ouvimos um assovio, era o *coyote* nos chamando, e saiu aquela turma do mato e voltamos para a casa. No outro dia, nós conseguimos passar e cada um foi entregue em cada cidade e eu fui o último a ser entregue.

O caso de Cassandra difere já que se entregou à polícia assim que efetivou o cruze de fronteira:

Eu vim com minha filha, não ia botar em risco meu filho né, mas já é um risco né!? Foi [...] só subir... atravessei a trilha do trem, era só atravessar e já tava dentro dos Estados Unidos. Era só atravessar e aguardar. A ordem era só aguardar e foi assim: a gente atravessou e coisa de 5 minutos a polícia já chegou, prendeu a gente e levou para um abrigo que tem nas fronteiras. [...] Um [policial] foi muito gente boa, outro foi muito carrasco, mas o outro foi bem-educado e não deixou nada de ruim acontecer. O período que fiquei no abrigo fui bem tratada. Apesar que é muito gelado, tinha tudo para minha filha.

Desta maneira, Cassandra sente-se agradecida por ter cruzado a fronteira com a filha relativamente bem, mas também não recomenda a migração da forma que fez, porque as leis mudaram e pelas notícias que ouviu não há mais espaço para a oportunidade que teve. Enquanto, John arrebatou: “México é uma vez só, não duas” e o que é consonante ao que Leno expressa de não tentar outra vez ingressar irregularmente ao país. Leno trata com lucidez a experiência que teve, obviamente, o tempo encarregou-se das reflexões, por isto lida com sobriedade a realidade de ter voltado para a casa de uma maneira completamente diferente a qual projetava.

A migração é parte de suas histórias já que, ir para os Estados Unidos não foi a primeira experiência migratória de alguns sujeitos. Francisca e seus irmãos são descendentes de italianos que migraram para o Brasil no século passado. Isto influenciou muito em seus comportamentos, porém, não conseguem dissertar muito sobre o assunto, porque, conforme Lisa diz: “é uma história que deveríamos ter conversado mais como nossos pais, hoje por ter feito esta migração a gente percebe que não tivemos essa conversa. [...] A gente veio para um mundo diferente ao do deles, mas com certeza eles também passaram por dificuldades”.

Logo, quando decidiram requerer a nacionalidade italiana, o intuito era justamente migrar para os Estados Unidos e não foi um processo imediato. No entanto, para Cesário foi mais custoso, porque teve que ir à Itália para obter o certificado de reservista.

Para Robert e Leno não há qualquer relação entre a migração do contexto do Êxodo Rural com a migração internacional. Já, Lilian pondera:

De onde nós viemos, lá não existia emprego, o único emprego que tinha lá é casa de família e para ele [Robert] que é homem, então, não tinha emprego mesmo. E, aqui ele era empregado, tinha a casa dele, quer dizer, é uma diferença muito grande da época que viemos para cá em 1975 da saída dele daqui para os Estados Unidos. Aqui, entre aspas... não é que ele era bem-sucedido [...], não pagava aluguel, então, é claro que trabalhando aqui ele não teria conseguido o que conseguiu lá em todos esses anos. Mas, com certeza a vida dela seria mais simples, como é a nossa aqui, uma vida de luta, uma vida de batalha, matando um leão por dia, mas, isso também ele faz lá, lá também ele mata um leão por dia para sobreviver e criar os filhos. Então, eu não vejo tanta diferença, é claro que a moeda de lá é mais valorizada que a daqui e lá o trabalho braçal é mais valorizado também [...]. Aqui, eu acredito, que ele teria um emprego melhor, porque quando ele saiu daqui ele tinha um emprego melhor ao do que ele tem lá hoje, mas diferença é que o dinheiro que ele ganha lá vale mais do que ele ganharia aqui. [...] Ele trabalha lá o mesmo tanto que a gente trabalha aqui, ou até mais, por isso, em termos de trabalho e de subemprego é a mesma coisa.

Portanto, em algumas oportunidades que Robert falava comigo sobre o momento em que voltará ao Brasil, pretende viver na roça. Ele confirmou que o fato dele criar galinhas é uma forma de manter viva a ideia de ter uma casa no campo, onde há tranquilidade, onde há terra para plantar e bichos para criar.

Assim, tal como Lilian considera sobre carga horária de trabalho de migrantes, ouvi-los relatarem que além do trabalho o único ambiente que assiduamente frequentam é a igreja. Esta, para

além do cariz solene torna-se um lugar de lazer, porque estando no estrangeiro, é na igreja que a nacionalidade não sobressai ao sujeito, pois em seu momento de folga o migrante diverte-se não tendo que se preocupar de como irá se expressar, porque lá pode falar sua língua e conversar sobre coisas que só as pessoas que compartilham de sua lógica cultural percebem. Instaura-se, então, um cenário que evoca à *communitas* de Turner (1974).

E, curiosamente apesar de compartilharem a estrutura de uma igreja com estadunidenses há uma cisão percebida, por exemplo, quando fui à igreja com Robert e Francisca uma semana antes do encerramento provocado pela Covid-19, e foi repercutido o cronograma da semana santa com atividades para “a gente” e a para “os americanos”, ou seja, ambos são católicos, mas professam separadamente. Ao final desta missa eu perguntei a Robert se ali não havia “americanos”, então ele apontou para crianças que estavam brincando no corredor e sorriu, isto é, eram filhos de brasileiros nascidos naquele país e, por força da lei, são estadunidenses.

E, nesta igreja há um carácter assistencial muito relevante seja por ajudar o corpo, seja por ajudar a alma. É um lugar que onde as pessoas que ali frequentam fazem a função de promover as condições básicas de direitos humanos àqueles que são invisíveis para o Estado norte-americano. Destaca-se a figura de Irmã Dulce que, de certa forma, articulou a organização de brasileiros na igreja. Dulce conversou sobre um pedido de uma entidade católica supranacional para que religiosos de diferentes países fossem à fronteira sul para assistir caravanas de migrantes centro-americanos em situação precária. Ela descreveu situações de cruze de fronteira, como o de Cassandra, no entanto, destaca como as manobras políticas de Trump acirraram os ânimos na fronteira e demonstrou preocupação, principalmente, com um acampamento em Matamoros, cidade do Estado mexicano Tamaulipas, que no contexto pandêmico não tem condições sanitárias para abrigar migrantes.

Neste matiz, Cassandra está com um processo na *court* e comenta que

as pessoas falam assim: “para você ficar é só você ir para outro Estado”. Mas, aí a gente tem que saber a hora de entrar e a hora de sair, então o tempo que eles determinarem eu vou cumprir... e se eles falarem assim, na próxima *court*: “você só ficar mais um ano e tem que ir embora”. Então, se deu para eu fazer [juntar dinheiro], bem, se não, amém, se eu administrei mal a culpa é minha não é culpa deles, porque deram a oportunidade e o tempo de estar.

Cassandra percebe que os desdobramentos de seu processo serão alheios a si, suas justificativas e conduta talvez não sejam o bastante para que a deixem ficar nos Estados Unidos o tempo que deseja. Na verdade, isto é extensivo aos demais. “Estão deixando as pessoas [os migrantes] falarem, mas ninguém quer ouvir” disse Dulce quando reflete sobre a posição degradante do migrante ante a justiça estadunidense, principalmente, na gestão de Trump que, segundo ela, se fizer uma pesquisa sobre notícias relacionadas à migração na internet nota-se que há

poucas e não porque a migração limitou-se, mas sim porque há uma tendência de apagar a presença de migrantes do país.

Dulce considera que os migrantes que vem do sul não são brancos e isto pode ser um dos motivos do tratamento que recebem do governo e da justiça estadunidense. Logo, o fenótipo, como é indicado por Holmes (2013), classifica pessoas no sistema social estadunidense, assim todos os não brancos estão sujeitados a subalternidade, já que ainda há no imaginário coletivo daquele país uma cultura predominante gestada pelo protótipo do migrante branco e de origem europeia. Logo, Cesário pontua:

Tem muita gente que adora o fato de você ter um sotaque e ser de um outro lugar, tem outros que te suportam, mas é estranho, porque eu trabalho num restaurante, onde eu falo com muita gente e todo mundo que chega eu converso, a maioria das pessoas que vão lá são republicanos, quer dizer, eles não gostam de imigrantes e é engraçado que eles falam mal de imigrantes comigo.

Conforme Bauman (2017) o senso comum impõe ao migrante estigmas. Portanto, é mais fácil imputá-los aspectos negativos a positivos, formam-se conceitos acerca de migrantes antes mesmo de conhecê-los e somente aqueles que quebram a barreira do consenso conseguem enxergar pessoas e não estrangeiros. Assim, Dulce acha admirável a força de vontade de brasileiros que mesmo indocumentados conseguem adquirir bens e ter economias e ainda ajudar os outros, mas quando se torna necessário o regresso às origens, a Irmã aconselha: “a cidade não parou porque você foi embora”, pois sabe-se que o processo de readaptação não será perene, sobretudo, para os que voltam deportados.

A opção de migrar pode advir de fatores exógenos. Mas, a opção por permanecer sob a incerteza da indocumentação é uma aposta que faz com que às vezes seja preciso mentir e saber que não pode errar. É uma experiência de viver em dois mundos, mesmo que virtualmente em um deles, e que a afetividade só pode ser exercida a distância.

Assim, o pior momento para Francisca e Sancho nos Estados Unidos foi quando perderam o pai e a mãe, respectivamente. “É um espaço que fica incompleto... não tem explicação, é uma dor que não tem explicação” disse Sancho. A morte de um ente querido nunca se espera e ter que lidar com esta dor estando longe demanda do indocumentado uma resiliência, que talvez ainda não tenha. É uma questão de direitos humanos, a coerção física e psicológica que indocumentados experienciam quando um parente falece no outro lado da fronteira. Robert espera ainda poder rever seus pais no Brasil, ambos com 92 anos, e também espera que a sua situação legal nos Estados Unidos seja solucionada, sobretudo, por causa de seus filhos, porque sabe que dependendo de onde os filhos optarem por viver, não quer uma fronteira entre eles, mas enquanto isso: “se tem vida, tem saudade. A saudade nunca acaba”.

Considerações finais

A perspectiva pautada por essa pesquisa, que é investigar a condição de deportabilidade experienciada por migrantes brasileiros indocumentados nos Estados Unidos, coincide com uma inquietude pessoal que é compreender se há algum benefício, excetuando o econômico, em preferir viver/sobreviver numa conjuntura em que não se é quisto a manter-se em sua origem que, teoricamente, está abrangido por direitos sociais e políticos.

Devido a liminaridade, característica da migração indocumentada, construiu-se um imaginário em que migrantes são sujeitos sem agência no país de acolhimento, que não possuem uma vida regular análoga de um cidadão-nacional. Porém, se optam por permanecer expostos à deportabilidade é porque, de alguma forma, conseguem ser agentes de um modo não experienciado em seu país natal.

E, mesmo diante do regime de deportação estadunidense que impõe constrangimentos, o indocumentado percebe vantagens, tira proveito disso, e concomitantemente tem que lidar emocional e financeiramente com a sua condição liminar, sobretudo, por serem privados de uma sensação de liberdade, à qual talvez já tenham se acostumado.

Por outro lado, os indocumentados não são sujeitos autônomos, não há quaisquer possibilidades, num curto prazo, de ultrapassarem barreiras sociais, jurídicas e políticas que os censuram impondo uma imprevisibilidade na vida, conseqüentemente, a angústia e a ansiedade são subjacentes ao viver do imediato. Se estão numa posição incerta, significam que não ocupam integralmente o lugar onde vivem, porque são constantemente afetados por discursos e práticas que fomentam no imaginário coletivo a necessidade de ações repressivas para lidar com uma possível ameaça advinda de estrangeiros, isto é, não haverá solidariedade enquanto houver uma cisão entre sujeitos. Sendo assim, é conveniente para a estrutura de exceção, pois pelo medo controla-se tanto o nacional quanto os que vieram do outro lado da fronteira.

O corredor de deportação não só é uma metáfora para a compreensão do regime de deportação dos Estados Unidos, mas é substancial para saber que a natureza liberal incutida no sistema social estadunidense, alicerçado nas diferenças de classe, de raça e de gênero, contribuiu para a eleição do vigente presidente do país, num comportamento nomeadamente antimigrante. Então, se este presidente foi eleito democraticamente demonstra que, gestos de boa vontade por parte de setores civis que possam incentivar uma reforma legislativa e uma mudança cultural no tocante à migração são praticamente inexistentes, e isto é um grande desafio.

Dessa maneira, os efeitos do Onze de Setembro ainda são perceptíveis já que o conceito de estrangeiro, na atualidade, interliga-se a suspeição. Assim, por meio de queixas e reflexões de indocumentados percebe-se que suas vidas ainda estão afetadas por esse episódio terrorista, uma

vez que a burocratização de a partir de então, incapacita-os socialmente e ao mesmo tempo produz e reproduz as diferenças ontológicas entre aqueles que vão do Sul para o Norte.

No pós-Onze de Setembro não há uma real expectativa que haja uma mudança drástica na legislação migratória estadunidense. A espera por mais uma “anistia”, contrasta-se com uma realidade de densa impessoalidade que interfere nas relações interpessoais, pois como dizem os interlocutores, é incomum que haja um relacionamento amoroso sério entre indocumentados, porque sempre há a expectativa em arranjar um casamento com um estadunidense, já que num futuro próximo esta é a única forma de regularização. Para aqueles que têm filhos nascidos no país há a esperança de obter-se a nacionalidade após completarem 21 anos, contudo, da mesma forma que a aquisição do estatuto por casamento recebeu novos “obstáculos” legais, há o rumor que acontecerá o mesmo com a regularização por descendência.

Portanto, a geopolítica estadunidense propagou ao mundo as suas façanhas econômicas e tecnologias, com o *american way life*. A imagem de sonho “vendida” pelo país e as desigualdades sociais provocadas pela intervenção de sua agenda, em diversos pontos do mundo, são alguns elementos reflexivos para investigar acerca da indocumentação a que muitos migrantes são acometidos nos Estados Unidos. O discurso de liberdade estadunidense é excludente, é evidente a dissidência entre americanos e “americanos”, pois este adjetivo foi apropriado por estadunidenses como um conceito para legitimar uma determinada cultura e seus interesses e, assim, a prerrogativa ser “americano” não é para todos.

Torna-se, pois, necessário escrutinar as relações entre a migração, a globalização, a deportação, o trabalho e a atual conjuntura econômica de aspecto demasiadamente neoliberal, no intuito de não tolerar que migrantes indocumentados tenham a sua condição liminar naturalizada bem como articular e consolidar a migração como um direito humano subjetivo.

Bibliografia

- Agamben, G. (2004). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Agamben, G. (2007). *Estado de exceção* (2 ed). São Paulo, SP: Boitempo.
- Andersson, R. (2016). *Hardwiring the frontier? The politics of security technology in Europe's 'fight against illegal migration'*. *Security Dialogue*, 47: 22-39. DOI: 10.1177/0967010615606044
- Bauman, Z. (2017). *Estanhos à nossa porta*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Becker, D. B. (2006). *The brazilian immigrant experience: a study on the evolution of a brazilian community in Somerville and the Greater Boston Area*. Boston, MA: Tufts University.
- Bernard, H. R. (2006). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches* (4. ed.). New York, NY: AltaMira Press.
- Bourdieu, P. (1983). *Esboço de uma teoria prática*. In *Sociologia*. São Paulo, SP: Ática.
- Carvalho, C. G. R. (2019). *Como o 11 de Setembro mudou a política migratória estadunidense: um estudo de caso do tratamento aos estrangeiros*. (Monografia de Graduação em Relações Internacionais). Centro Universitário de Brasília, Brasil.
- Cunha, F. B. (2010). *Imigração ilegal nos Estados Unidos: uma análise conjuntural a partir de uma perspectiva histórica*. (Monografia de Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- De Genova, N. (2002). "Migrant 'Illegality' and Deportability in Everyday Life". *Annual Review of Anthropology*, 31: 419-447. DOI: [10.1146/annurev.anthro.31.040402.085432](https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085432)
- De Genova, N. (2010). *The deportation regime: sovereignty, space, and the freedom of movement*. In Peutz, N. & De Genova, N. *The deportation regime: sovereignty, space, and the freedom of movement*. Durham, NC: Duke University Press Books.
- De Genova, N. (2018a). *Migration and the mobility of Labor*. In Vidal, M.; Smith, T.; Rotta, T. & Prew, P. (eds.). *The Oxford Handbook of Karl Marx*. New York and London: Oxford University Press. DOI: [10.1093/oxfordhb/9780190695545.013.25](https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190695545.013.25)
- De Genova, N. (2018b). *O espetáculo de fronteira da "vitimização" do migrante*. *Horizontes Decoloniales* (Santiago, Chile), 4: 23-38.
- Drotbohm, H. & Hasselberg, I. (2014). *The deportation corridor: A spatial, institutional and affective state of transit*. Allegralab. URL: <https://www.researchgate.net/publication/324257739>

- Fosifides, T. (2018). Epistemological issues in qualitative migration research: self-reflexivity, objectivity and subjectivity. In Zapata-Barrero, R. & Yalaz, E. *Qualitative research in european migration studies*. Cham, ZG: Springer Open.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (13 ed). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Gabriel, C. T. & Mendes, N. R. (2019). *A interface sujeito-agência no campo curricular: que contribuições das pesquisas (auto) biográficas?*. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica (Salvador, BA), 11: 714-728. DOI: <http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n11.p714-728>
- Gallegos, J. R. (2018). *De la era de lamigración al siglo de laseguridad: el surgimiento de “políticas de control con rostro (in) humano”*. URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, 23: 10-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.17141/urvio.23.2018.3745>
- Giddens, A. (2003). Elementos da teoria da estruturação. In *A constituição da sociedade* (2. ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- González-Fagoaga, J. E. (2010). *La vulnerabilidad de los grupos migrantes em México*. Migraciones Internacionales, 11: 63-83.
- Guarinello, N. L. (1993). *Memória coletiva e história científica*. In I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, maio 1993. São João Del Rei, MG: Universidade Federal de São João Del Rei.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In Denzin, N. K. & Lincoln Y. S. *Handbook of qualitative research* (pp. 105-113). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guia, M. J. & Pedroso, J. (2015). *A insustentável resposta da “crimigração” Face à irregularidade dos migrantes: Uma perspectiva da União Européia*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (Brasília, DF), 45: 129-144.
- Hasselberg, I. (2014). Whose security? The deportation of foreign-national offenders from the UK. In Maguire, M.; Frois, C. & Zurawski, N. (Eds.). *The Anthropology of security: perspectives from the frontline of policing, counter-terrorism and Border Control*. London: Pluto Press.
- Hasselberg, I. (2016). *Enduring uncertainty: deportation, punishment and everyday life*. New York, NY: Berghahn Books.

- Hess, S. & Kasparek, B. (2019). *The post-2015 european border regime. New approaches in a shifting field*. *Archivio antropologico mediterraneo* [online], 21: 1-16. URL: <http://journals.openedition.org/aam/1812>
- Heyman, J. & Ribas-Mateos, N. (2019). *Borders of wealth and poverty: ideas stimulated by comparing the mediterranean and U.S.-Mexico borders*. *Archivio antropologico mediterraneo* [online], 21: 1-17. URL: <http://journals.openedition.org/aam/2019>
- Holmes, S. M. (2013). *Fresh fruit, broken bodies: migrant farmworks in the United States*. Berkeley, CA: University of California Press.
- King, R. (2018). Context-based qualitative research multi-sited migration studies in Europe. In Zapata-Barrero, R. & Yalaz, E. *Qualitative research in european migration studies*. Cham, ZG: Springer Open.
- Kraieski, V. (2016). *Alimentando relações e marcando diferenças: Comida brasileira entre imigrantes brasileiros na Grande Boston*. *Sociedade E Cultura*, 18(1). DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v18i1.40601>
- Madroñal, A. C. (2019). Fronteiras à humanidade: o nosso Mediterrâneo comum construído como limite dos Direitos Humanos na UE. In Santos, B. S. & Martins, B. S. (Orgs). *O pluriverso dos Direitos Humanos a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Maldonado-Torres, N. (2019). Da colonialidade dos Direitos Humanos. In Santos, B. S. & Martins, B. S. (Orgs). *O pluriverso dos Direitos Humanos a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Martins, L. M. (2015). *Estado de exceção permanente: o campo e a experiência biopolítica*. Sequência (Florianópolis, SC), 71: 177-196. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n71p177>
- Martins, L. M. (2016). *O significado político do homo sacer na filosofia de Giorgio Agamben*. *Revista Científica Internacional*, 11: 23-41. DOI: <http://dx.doi.org/10.6020/1679-9844/v11n1a2>
- Mateus, N. (2010). *As fronteiras no seu labirinto: permitir ou bloquear o acesso – As políticas de securitização como Gatekeepers*. O cabo dos trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC, 4. URL: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/32_Nelson_Mateus.pdf
- Menezes, L. M. (2017). Imigração e língua em uma perspectiva de gênero. In Beneduzi, L. F. & Dadalto, M. C. *Mobilidade humana e circularidade de ideia – diálogos entre a América Latina e a Europa*. Venezia: Università Ca'Foscari Venezia

- Meriguetti, D. S. (2016). *A dimensão subjetiva do direito humano de migrar*. In 9.º Encontro da ANDHEP – Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas, 27 maio 2016. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Oliveira, E. L. S. (2014). *Imigração X Segurança: a securitização da imigração pós-11 de setembro e o aumento do controlo migratórios nos EUA*. (Dissertação de Mestrado em Migrações Internacionais). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Ortner, S. (2007). *Subjetividade e crítica cultural*. Horizontes Antropológicos (Porto Alegre, RS), 28: 375-405. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832007000200015>
- Peutz, N. (2006). *Embarking on an anthropology of removal*. Current Anthropology, 47 [2]: 217–41.
- Pombo, M. D. P. (2012). *Vulnerabilidad de jóvenes migrantes en el cruce indocumentado de la frontera México-Estados Unidos*. Trace, 62: 21-35.
- Scholz, J. M. (2017). *As apropriações dos direitos humanos no Brasil: o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*. Revista Internacional de História e Cultura Jurídica (Niterói, RJ), 9 [2]: 214-243. DOI: <http://10.15175/1984-2503-20179204>
- Santos, B. S. (2019). Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. In Santos, B. S. & Martins, B. S. (Orgs). *O pluriverso dos Direitos Humanos a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Sales, T. (2005). *A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA*. São Paulo em perspectiva, 19 (3): 44-54. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300004>
- Sorto, F. O. (2008). *A Declaração dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário*. Verba Juris, 7 [7]: 9-34.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, SP: Editora Atlas.
- Turner, V. (1974). *O Processo Ritual*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Turner, V. (2005). “Betwixt and between: o período liminar nos ritos de passagem”. In: *Floresta de símbolos* (pp. 137-158). Niterói, RJ: Eduff.
- Turner, V. (2008). *Dramas, Campos e Metáforas*. Niterói, RJ: Eduff.
- Veiga, E. N. A. (2011). *Imigração e segurança em Cabo Verde: o papel da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Wagner, R. (2010). *A invenção da Cultura*. São Paulo: SP: Cosac Naify.

Webgrafia

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Comunidade brasileira – 2014*. Recuperado em 26 maio, 2019, de

<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/acomunidade/estimativaspopulacionais-das-comunidades/estimativas-populacionaisbrasileiras-mundo2014/Estimativas-RCN2014.pdf>

Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 15 março, 2020, de <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

U. S. Department of Homeland Security. *Yearbook of Immigration Statistics 2018*. Recuperado em 15 junho, 2020, de <https://www.dhs.gov/immigration-statistics/yearbook/2018>

Apêndice

Guião de entrevista

Perfil de sujeitos de pesquisa:

- Nome
- Género
- Naturalidade
- Cidade que residia antes de migrar
- Cidade que atualmente reside
- Idade
- Idade - quando chegou aos EUA ou quando tentou ir aos EUA
- Escolaridade
- Estado Civil
- Função que trabalhava antes de migrar
- Função que atualmente desempenha
- Quantas horas trabalha atualmente por semana

Perguntas:

Sujeito de pesquisa 1

- Como surgiu a vontade de migrar?
- Por que os Estados Unidos?
- Qual era a imagem que tinha dos Estados Unidos antes de migrar?
- Qual era o plano inicial?
- Como foram os preparativos? Gastou muito tempo com os preparativos? Gastou muito dinheiro?
- Como a família e amigos reagiram com a notícia da migração?
- Como foi a passagem pela imigração? Fizeram muitas perguntas? Falaram alguma sobre o passaporte italiano?
- Nos primeiros dias, quando já estava nos EUA, o que pensou?
- Lembra do que fez com o primeiro salário que ganhou nos EUA?
- Qual foi o momento mais difícil que passou nos EUA?
- Por que o plano mudou?
- Você se sente uma outra pessoa que não faz parte deste país?
- E, como é se sentir assim?

- Isso se relaciona com o fato de ser um estrangeiro?
- Relacionando-se a isso: com seus padrões é fácil reivindicar alguma coisa?
- E, com os clientes é fácil questionar alguma coisa?
- Qual é a sua relação com a língua inglesa? E como isso interfere atualmente em seu trabalho?
- De 0 a 100 por cento. Qual está o seu nível de inglês?
- Em relação a cor de pele, desconsiderando o fato de precisar de falar o inglês, você consegue se passar por um americano?
- Esta imagem estereotipada do Brasil: Rio de Janeiro, samba, futebol já te prejudicou aqui?
- Sobre seus ciclos de amigos, a senhora tem amigos americanos?
- Em relação aos seus filhos com a situação de migração. Há conversas com eles sobre isso?
- Eles conseguem perceber que apesar de não saberem falar “inglês”, há uma história por detrás disso?
- Por que a senhora procura falar em português com filhos?
- Em qual momento do seu dia a dia que sente o impacto de não ter um documento aqui?
- Não ter documento interfere no seu direito de circular aqui?
- Em relação a falta de documento para lidar com o poder de polícia: se uma polícia te parar como desenrola?
- A possibilidade de ser parado por uma polícia de imigração te causa dor de cabeça?
- De quando tempo para cá que você tem preocupado mais com isso?
- Há diferença entre o migrante e o americano, mas de quê tipo de americano? O Branco ou o americano de pele escura...?
- Há quanto tempo que a senhora mexe com a documentação?
- Têm pessoas que entraram com o pedido de documentação no mesmo período que a senhora e conseguiu?
- Você fica pensando nesta situação do se? Se isto não tivesse acontecido, se tivesse procurado um outro advogado, o se... o se...
- E a justiça daqui não levou isso em consideração a respeito a vocês?
- Você sabe se a morosidade da justiça para um americano é diferente da de um imigrante?
- Diante disso tudo, a senhora se sente confortável em reivindicar alguma coisa ao governo daqui?
- Um exemplo: se acontecesse o que fosse no Brasil, poderia ir à justiça, brigar pelo o que fosse... e você se sente na mesma disposição para o mesmo aqui?
- Você sentiria da mesma forma se tivesse o *green card*?
- E em relação a isto, mesmo que tivesse o documento, você acha que ao procurar o atendimento à saúde, o diagnóstico, o atendimento em si, seria influenciado por sua condição aqui? Porque o enfermeiro, o médico deduz por sua fala que não é daqui?

- E quando a senhora vai acompanhar alguém? Seja seus filhos, marido, amigos... existe algum infortúnio, alguém constrangimento?
- Com essa pandemia do coronavirus, como tá sendo?
- O que mais se identifica com a cultura e paisagem dos Estados Unidos? E o que a senhora sente mais saudades da cultura e paisagem do Brasil?
- Ultimamente, tem a internet, os meios assim que fazem com que as coisas do Brasil sejam acessadas mais fácil... você usa muito a internet para isso?
- Ainda sobre o Brasil... a senhora preparou alguma coisa lá? Comprou coisas?
- E mesmo que esta situação de indocumentado persista, você fica aqui o tempo que for?
- Você já tem preparado a sua mente para voltar?
- O que você acha que suas histórias de migração vão fazer na vida deles [dos filhos]? Quando alguém ver eles aqui vão detectar que eles são filhos de imigrantes? Porque eu acho que eles não têm cara de brasileiros, têm cara de americanos (risos)...
- E a afetividade [dos filhos], é diferente?
- Qual é a diferença entre uma família brasileira e uma americana em relação a religião?
- Como que a religião ajuda na situação de indocumentado?
- Por exemplo, você vai mais a igreja aqui do que lá?
- Há uma diferença entre participar de um grupo católico brasileiro e um grupo católico americano?
- por que?

Sujeito de pesquisa 2

- Como era a sua vida antes de migrar para cá?
- E como surgiu a vontade de migrar?
- E em qual cidade do Brasil que o trabalhava?
- E como foram os preparativos para migrar pra cá?
- E foi muito difícil para conseguir esse visto?
- E naquela época já falava inglês?
- E o processo para conseguir o visto naquela época era como? Tinha que apresentar documentos, e fazer uma entrevista
- O senhor contou para alguém sobre a migração?
- E qual era o seu plano inicial?
- E por que os Estados Unidos?
- E qual era a imagem que o tinha dos EUA naquela época?
- E a imagem que o tinha naquela época coincide com a realidade que percebeu assim que chegou

aqui?

- E como foi a passagem pela imigração? Eles fizeram muitas perguntas?
- E como foram os primeiros dias? ficou pensando realmente, se valeu a pena ter vindo?
- E o Sr. lembra o que q fez com o primeiro salário?
- Você migrou para BH e depois de BH migrou pra cá. E quais são as diferenças e semelhanças, se é que tem, desses dois processos migratórios?
- E naquela época apesar da idade você tinha expectativa com essa migração?
- E em que momento que o plano mudou? porque que a princípio seria três anos.
- Mas isso é meio paradoxal, porque os atentados foi um fato, que ao menos o quê que a gente sabe que tá de fora, é que deixou o país mais fechado. Houve uma dificuldade para entrar aqui e o Sr. decidiu ficar. E consegue dizer que todos, todos os brasileiros que vem pra cá com um plano, esse plano no final das contas ele muda?
- E qual foi o momento mais difícil q o Sr. passou aqui?
- O já dirigia no Brasil?
- E como foi esse aprendizado?
- E sempre morou nessa cidade, e sempre foi assim?
- E como é sua relação com a língua inglesa? Numa escala de 0 a 100 por cento...
- A língua interfere atualmente no seu trabalho?
- E como é a sua relação com seu patrão?
- E está nesse trabalho desde quando chegou aqui?
- Por que que continua ainda nesse mesmo serviço até hoje?
- Acomodado? E é fácil para reivindicar alguma coisa no seu serviço?
- Teria como o Sr. dar algum exemplo disso?
- Você acendeu, se é que pode dizer assim, dentro dessa empresa que trabalha?
- Sabia cozinhar?
- E geralmente, para quem está chegando aqui, pra quem tá começando, existe alguma paciência? Seja do mercado de trabalho com o imigrante, seja da comunidade brasileira?
- Dos 3 anos que tinha a pretensão de ficar aqui até agora. São mais de 20 anos. Quando foi que começou a mexer com a documentação para ficar aqui permanentemente?
- Você, assim, consegue me dizer se os atentados de Onze de Setembro dificultaram o acesso a documentação?
- E após, e como que era o clima? você lembra, como q era o clima do país em relação ao imigrante? O americano estava com muito receio ou havia grupos específicos que eles olhavam torto?
- E porque que o Sr. acha q depois de mais de 20 anos o Sr. ainda não conseguiu a

documentação?

- E nesse tempo todo o Sr. se sente injustiçado?

- Por quem?

- E em relação a isso, acha que é fácil reivindicar alguma coisa para o Estado, para o governo dos EUA?

- O você percebe que existe alguma vantagem por parte do governo de ter pessoas aqui no país que estão numa situação como a sua?

- E o que espera dos próximos 5 anos?

- A nova lei. E essa lei, muito se fala sobre ela?

- O você possui então a carteira de motorista.

- Por que você tem e outros migrantes não?

- Isso foi com o George Bush? E depois disso não teve nenhuma outra lei parecida?

- E depois dessa emenda não teve nenhuma coisa parecida, não?

- E parece que também o número de pessoas que querem vir para cá também é grande...e é possível assim, dizer se houve alguma diferença de quando veio para situação de agora? Você aconselharia alguém vir pra cá agora?

- E existe alguma vantagem em ser indocumentado aqui nos EUA?

- Por que então está aqui todos esses anos?

- E os seus 2 filhos nasceram aqui?

- Você fala com eles sobre essa possibilidade de ir de morar no Brasil? E o que que eles pensam?

- E teve algum momento assim nesses anos que quase foi pra lá?

- O que que o Sr. conseguiu nesses 3 anos aqui?

- E qual é a imagem hoje que o Sr. tem do Brasil?

- Mais é... em relação a violência. Acha que essas informações, elas podem ter um teor de generalizar tudo, como se tudo fosse uma coisa só?

- E como é passar de 98 até hoje, esses anos todos longe de uma terra em que você tem acesso a notícias, tem família, tem algumas memórias afetivas sobre lá e ao mesmo tempo estar em um país que te dá uma condição financeira boa, tem filhos aqui...

- E sobre essas raízes né, os seus filhos. Eles se consideram americanos ou brasileiros?

- E como assim, como que o Sr. pode falar da imagem que eles têm do país. No caso do Brasil?

- E... como que eles pensam que de você estar aqui todos esses anos, na sua raiz cultural brasileira... como que eles lidam com esse fato de para fora de casa eles tem um país que é o país deles, mas dentro de casa, culturalmente, eles tem uma família brasileira?

- Acha que a cultura brasileira pode trazer algum benefício a eles?

- Então eles não têm o jeitinho brasileiro?

- Você tem?
- Usa esse jeitinho brasileiro dentro do seu trabalho?
- Você tem amigos americanos?
- E qual é a diferença de uma amizade americana para uma amizade brasileira?
- E comenta com seus amigos sobre o seu status legal aqui?
- E No seu trabalho, eles sabem do seu status legal aqui?
- E do público em geral americano, eles importam com a situação legal de imigrantes?
- O Americano, ele percebe que muitas das coisas que ele consome são produzidas por migrantes?
- E como que é a rotina de alguém que não tem documento aqui? O que que um indocumentado ele pode fazer e não tem segurança de fazer?
- Mas até no seu caso que tem a carteira certinha aqui, ainda sente isso?
- Não? Mas, então, e no seu caso que possui a carteira, possui esse numero do social, você pode fazer, mas não tem segurança de fazer?
- Você se sente um estrangeiro aqui?
- Se você não precisar de falar, você passa por um americano?
- Você já passou por uma situação de preconceito aqui?
- E quando você obter a documentação, ficar legal aqui e tal, ainda vai se sentir estrangeiro?
- Conseguir dizer que seus filhos aqui, eles também passam por mesma situação? De...mesmo que eles fiquem na deles, eles não sendo daqui, eles conseguem...identificar q eles não são daqui...
- Qual aspecto cultural, não do país em si, mas por exemplo do lugar onde morava, que mais te toca?
- O que o Brasil poderia importar da cultura daqui pra lá?
- E qual pergunta que você faria pra si mesmo sobre esse contexto de migrar, não ter documento, de viver dessa forma.
- E o que que você falaria para uma outra pessoa que tá na mesma situação que a sua?
- E quando se está em uma situação assim confia mais em Deus?
- Você era uma pessoa religiosa lá no Brasil?
- E ficou mais aqui ou não?
- Ter uma fé em uma situação igual essa é confortante?
- E o que sua família no Brasil diz sobre esses anos seu aqui?
- E tem uma hora que a saudade acaba?
- E quando voltar se for para ficar, onde quer ficar lá no Brasil?
- Interior? E ter essas galinhas aqui tem alguma coisa a ver com isso?

- E se fosse possível falar alguma coisa para esse advogado o quê que falaria?

Sujeito de pesquisa 3

- Como era a sua vida no Brasil?

- Como surgiu a vontade de migrar?

- E, por que os Estados Unidos?

- Qual era a imagem que tinha dos Estados Unidos naquela época?

- Você conseguiu este documento italiano por conta da descendência né? Foi muito difícil?

- Por que o seu esposo apesar de também ser descendente não conseguiu o passaporte italiano?

- E, por que a senhora não migrou para Itália ao invés de vir para cá?

- Qual era o seu plano inicial?

- Como foi a passagem pela imigração? eles não fizeram muitas perguntas?

- E, você acha por estar junto com seu filho, isto ajudou a não fazer tantas perguntas ou é indiferente?

- Desse plano inicial do por quê o plano mudou?

- E, nos primeiros dias a senhora pensou e refletiu se realmente valia a pena estar aqui?

- Quando você chegou já começou a trabalhar? A senhora teve ajuda de alguém? Alguma indicação?

- A senhora lembra do que fez com o seu primeira salário daqui?

- Desse tempo todo que você está aqui... às vezes é preciso mentir?

- por que?

- Pode-se dizer que esta mentira é para “autopreservação”... e, como isto se relaciona com o seu ambiente de trabalho? A senhora tem a oportunidade de falar sobre a sua vida ou para eles não faz diferença?

- Você sente os impactos das horas trabalhadas no seu corpo e mente?

- Você consegue lidar com isto ou faz parte?

- Qual é a relação que você tem com a língua inglesa? Isto interfere atualmente no seu trabalho?

- Numa escala de 0 a 100 por cento... qual é o seu nível de inglês?

- E, contando com a questão da língua... há uma facilidade de reivindicar alguma? Seja para as pessoas que presta serviço como também para o governo...

- Assim... você sente medo de falar alguma coisa ou reivindicar alguma coisa alguma coisa aqui?

- E, no seu ambiente de trabalho é fácil negociar? Como, por exemplo, o aumento do valor de um serviço prestado.

- Você acha que se tivesse o documento esta negociação seria mais “tranquila”?

- Aqui nesta área parece que há pouco transporte publico tudo tem que ser feito de carro, em

questão a isto a senhora possui carteira ou dirige sem carteira?

- Então, pode-se dizer que o que amedronta mais é o dirigir?

- Por tudo que foi falado até aqui e pelo o que pude perceber é o país depende muito do imigrante não só por causa do trabalho, mas também porque ele consome aqui... isto e por outras coisas, você se sente injustiçada pelo governo dos Estados Unidos por permitir que a senhora viva da forma que estar vivendo?

- E apesar dos ganhos e dos benefícios que você tem aqui, compensa mais ficar aqui numa situação onde não tem um nome do que voltar para o seu país?

- você com os seus filhos sobre a sua história? Sobre as dificuldades daqui?

- Sobre o acesso à saúde... a família tem um acesso facilitado ou passa por algum constrangimento?

- Você já passou por algum constrangimento em um ambiente hospitalar?

- E o valor é muito alto?

- Tirando o ambiente hospitalar, a senhora já passou alguma situação de preconceito aqui seja pela cor de pele ou seja por sua origem ou pela língua?

- Os seus avós eram migrantes né? Você consegue dizer se há alguma em comum entre o processo migratório deles para o Brasil com o processo seus para cá? Lá eles foram melhores “recebidos” do que vocês aqui?

- Seus avós e até os seus pais se sentiram um estrangeiro no Brasil?

- E, aqui você se sente uma estrangeira?

- Então, quando você obter o documento a senhora ainda vai se sentir assim?

- Quando for documentada, os americanos em relação a você... sempre como você ainda uma estrangeira?

- Você acha que seus filhos se sentem estrangeiros aqui?

- E, eles falam português?

- Você tem muito amigos americanos?

- Mas, são pessoas que você pode confiar?

- Qual foi o seu pior momento aqui?

- O estar aqui nos Estados Unidos te fez ficar mais religiosa?

- E a espiritualidade também conforta?

- O que do Brasil você sente mais falta?

Sujeito de pesquisa 4

- Como era a sua vida lá no Brasil?

- E, o seus irmãos já estava aqui né? Eles falavam com era as coisas aqui? Ou atenuava um

pouco?

- e, seus irmãos possuem documentos atualmente?
- Qual era o seu plano inicial?
- Então, você saiu da sua cidade e foi para onde?
- Você passou pelo rio ou pelo deserto?
- Nesse cruzamento da Fronteira vocês não encontraram nenhum policial americano?
- Eles falam que quando tá no “poder” desses *coyotes*, tem muita gente que se queixa que não tem água direito, que passa muito calor... que eles são “mal-encarados”... com você foi de boa?
- Foram quantos dias de quando você saiu da sua cidade até chegar em Boston?
- Durante o trajeto e nos primeiros dias aqui, você pensou que tinha valido a pena?
- Você tinha comentado com as pessoas lá no Brasil que estava com a idéia de vir para os EUA?
- Qual foi o seu primeiro trabalho aqui? O seu trabalho atual?
- E se lembra do que fez com o primeiro salário daqui?
- Antes de vir para cá, já falava o inglês?
- E hoje, qual é o seu nível?
- Em relação ao trabalho e a migração, você aconselha as pessoas que estão no Brasil e quer vir para cá pelo México?
- De 2002 para cá, a situação mudou muito? Mas, para melhor ou para pior?
- Por que, então, não voltar para o Brasil?
- Para o futuro, você se ver aqui ou lá?
- Tendo base essas perguntas que eu fiz antes, tem alguma vantagem em ser indocumentado?
- Sendo assim, você se acha injustiçado?
- E vocês já correram atrás desse documento daqui?
- Como mesmo disse, você faz a economia girar e também não causa nenhuma confusão aqui... então, do por quê o governo tratar pessoas com diferença? de dar documento para um e não dar para outro?
- Então, há muita vista grossa aqui?
- Lá no Brasil tem um ditado assim: “o pobre não tem o direito de errar”, aqui o migrante tem o direito ao erro?
- Por exemplo, você entrou num acidente de trânsito e a culpa não é sua, mas por ser um indocumentado a culpa pode recair sobre você?
- o senhor tem muitos amigos americanos?
- quais são os grupos de pessoas daqui que você pode contar?
- Pelo o que o senhor falou que construiu no Brasil, você acho que seus filhos irão querer permanecer no Brasil?

- Você já deu alguns exemplos, mas há diferenças entre migrantes e migrantes aqui?
- Você se relaciona com outras nacionalidades sem ser a brasileira e a americana?
- O brasileiro tem uma má fama... por exemplo, se tiver um brasileiro e um mexicano procurando emprego, quem o empregador contrata?
- Por que?
- O que que nos EUA mais te amedronta?
- Qual foi o seu prior momento aqui nos EUA?
- Qual paisagem do Brasil, você sente mais falta? e da cultura?
- A migração te fez ficar mais religioso?
- Tem que jeito de explicar o que é ser um migrante?

Sujeito de pesquisa 5

- Como era a sua vida lá no Brasil antes de vir pra cá?
- Como surgiu a vontade de migrar?
- E como foram os preparativos para vinda pra cá? Você contou sobre a migração para alguém?
- E qual foi o trajeto q você fez? De Vitória...
- Falam que a polícia mexicana é muito truculenta né?
- Qual o momento do trajeto que te deu mais medo?
- E como que vocês duas se comunicavam com eles?
- Então você passou pelo deserto? Ou Pelo rio?
- E por que os EUA?
- E qual era a imagem que você tinha dos EUA quando você estava no Brasil?
- E qual era o seu Plano inicial?
- Então ainda está no Projeto inicial ainda?
- E você foi parada pela polícia né? E como foi o tratamento da polícia?
- E você lembra quanto tempo você ficou, lá no abrigo?
- Você ficou 4 dias nesse abrigo, depois você veio pra cá ou foi para alguma outra cidade?
- Hoje você trabalha em quê?
- E você lembra o que você fez com o salário daqui?
- Então tem 4 anos que você está aqui. E nesses 4 anos você conseguiu algum documento aqui?
- Você dirige? Você já tinha carteira no Brasil?
- E como você fica nessa situação de dirigir aqui, sem ter carteira...
- Você não pensou ir pra outro Estado tirar carteira? Porque parece que tem essa possibilidade existe.
- Você acha que aqui as vezes é preciso mentir?

- E com isso, você se sente de alguma maneira injustiçada em ter que mentir para autopreservar?
- E a sua relação com a língua inglesa como é que é?
- De zero a 100 qual nível você acha que seu inglês tá?
- Em relação ao seu trabalho em outras coisas, existe alguma vantagem de não ter documento aqui?
- E sua filha? Ela, ela consegue falar inglês?
- E como que fica essa situação dela assim, nesse sentido de escola, também ela não tem documento.
- E você, como a sua mente, o seu corpo, lidam com o fato de não ter um documento aqui?
- Você não acha que pode acontecer com você o mesmo que aconteceu com sua prima? De voltar e não querer ficar lá, e querer voltar de novo?
- E você acha que quando a pessoa ela vem para cá com um objetivo específico e consegue e volta. Essa pessoa, entre aspas, ela é mais feliz do que aquela que prefere ficar aqui, talvez já conseguiu seu objetivo, mas quer continuar.
- E a sua visão acerca do Brasil de 4 anos lá pra cá mudou?
- De 4 anos pra cá com essa mudança de presidência e tal, você sentiu alguma diferença, em relação a sua presença aqui como uma migrante, para os americanos?
- E você se sente uma estrangeira?
- E você acha que sua filha também sente isso?
- E quando você está numa situação assim: o americano que você está interagindo. Ele demonstra alguma paciência, alguma solidariedade?
- E você tem muitos amigos aqui?
- E você já precisou do serviço de saúde aqui? E como que foi?
- E sua filha, já precisou também?
- O fato de você estar aqui, te fez ficar mais religiosa ou não?
- E essa igreja é específica pra comunidade brasileira ou vocês tipo são uma comunidade brasileira dentro de uma igreja americana?
- Há muita diferença entre o culto americano e o culto brasileiros?
- E você acha pelo...pelo que que você tem feito, pelo que que você tem trabalhado aqui. Quanto tempo assim mais ou menos, você acha que você fica aqui?
- E como tá sendo fica esse tempo (quarentena) parado aqui?
- E do Brasil assim o quê que você sente mais falta?
- Você falou sobre a primavera e tal. Como que foi ver a neve pela primeira vez?
- E... assim, apesar da idade da sua filha, ela tem muitos hábitos americanos já, entre aspas?
- Tem alguma pergunta assim que você acha que eu deveria ter feito e não fiz, e que quer

responder?

Sujeito de pesquisa 6

- Como era a sua vida no Brasil?
- Suave em que sentido?
- Como surgiu a vontade de migrar?
- Como foram os preparativos?
- Você lembra de quantos você precisava?
- Você veio com visto de turista ou pelo México?
- Você contou a alguém sobre a viagem?
- E, por que os EUA?
- Qual era a imagem que você tinha dos EUA?
- Como foi o seu trajeto do Brasil até aqui?
- Quais nacionalidades que tinha nesse carro, você lembra?
- Quanto foi de você sair de Resplendor até chegar aqui?
- Como tava o seu corpo depois disso?
- Depois de ter passado isso tudo... 15 dias... você achava que tinha valido a pena?
- Assim que você chegou você foi para onde?
- Você chegou aqui tinha 23 anos em 2003... de 2003 para cá em quantas casas ou apartamentos que você morou?
- Você lembra o que você fez com o seu primeiro salário?
- Sua mãe ainda estar viva?
- O dinheiro que você mandava assistia em quê a ela?
- Ela ficou viva até quando?
- valeu a pena, apesar da assistência, mas em compensação vocês estavam distantes?
- E, como é alguém tão próximo falecer e você estar tão longe?
- Sua mãe pedia para você voltar ou não tocava neste assunto?
- Em relação ao trabalho, você possui um documento?
- Como que é a sua relação com seus patroses? A falta de documento te prejudica?
- Você já entrou com processo para conseguir esse documento?
- Por que?
- Sobre o inglês, você já sabia falar a língua?
- Você se sente a vontade de reivindicar alguma coisa ao seu patrão?
- A língua interfere alguma coisa nisso?
- Numa escala de a 100 por cento... o seu inglês tá em quantos por cento?

- Sem ser na esfera de trabalho, você se sente a vontade de reivindicar alguma coisa ao governo?
- Por que?
- Vamos supor que acontece uma situação: você bateu o seu carro, só que estava certo... você sente algum constrangimento por não ter documento e da culpa do acidente caia em você e não no culpado?
- Mas quando o policial chega lá e ouve o seu sotaque, percebe que você tem características de imigrante... quem ele ouve primeiro? O culpado já é você?
- Você se sente aqui um estrangeiro?
- Mesmo se você tivesse o documento, você teria essa sensação?
- Como você pensa de como será a sua vida daqui dez anos?
- Pertence a Deus, mas você sente medo de ser obrigado a ir embora daqui?

Sujeito de pesquisa 7

- Como surgiu a vontade de migrar?
- Como foram os preparativos? Demorou quanto tempo?
- E, por que os Estados Unidos e não a Itália?
- Qual era o seu plano inicial?
- Porque que o Plano Mudou?
- Como foi a passagem pela imigração?
- De 18 anos para cá, você possui todos os documentos americanos?
- Como se deu este processo para você conseguir esta documentação?
- E quanto tempo você ficou aqui como indocumentado?
- E há uma diferença do momento que você ficou como indocumentado para agora?
- Na época de indocumentado, você se sentia aqui um estrangeiro?
- Você possui muitos amigos americanos?
- Mas esses amigos americanos houve a aproximação por causa do trabalho?
- Se você não tivesse conseguido a documentação... isto é uma questão de “se”... você teria continuado aqui ainda sendo um indocumentado?
- Ainda com você se sentir um estrangeiro aqui... a sua aparência física ou da forma que o americano te enxerga fisicamente tem alguma coisa a ver com isso?
- E, neste sentido como foi a sua relação com a língua inglesa, você já falava?
- Hoje, qual nível você acha que tem do inglês?
- Isto interfere de alguma maneira no seu trabalho?
- A língua interfere em alguma coisa na sua relação com seu padrão? No sentido de reivindicar alguma coisa?

- Mas, tirando o fator língua... é fácil reivindicar alguma coisa a ele? Tipo, um aumento... você se sente confortável em reivindicar alguma coisa?
- No momento que você ainda era indocumentado e apesar de seu esforço, você tinha a mesma disposição para reivindicar alguma coisa aos seus patrões?
- Então, mesmo um migrante indocumentado que trabalha bem, ele tem a chance de reivindicar alguma coisa?
- E o patrão, eles percebem a forma que um migrante trabalha em relação a um americano?
- Ainda sobre esta questão de reivindicação... você se sente conformável em fazer isto perante o governo mesmo sendo os documentos?
- Alguém bateu no seu carro e você estava certo... você a consciência de falar e de comprovar que você estava certo e de que a culpa não era sua...?
- Como você acha que a polícia, atualmente, enxerga o imigrante?
- Sobre a saúde, você já teve algum problema de saúde aqui? E o fato de você ser migrante foi uma coisa pró ou contra?
- Você reza para não precisar de ir ao médico ou precisar de alguma assistência em caso grave?
- Sobre a sua família... você é casado, a família de sua esposa teve algum “problema” pelo fato de você ser um migrante e de que na época você era um indocumentado?
- E sobre os outros membros de sua família... como é a situação de você estar mais confortável por causa dos documentos e eles não? Como você pensa sobre isso... como você lida com isso?
- Sobre o Brasil... o que da cultura de lá você sente mais falta?
- Você lembra o que fez com o seu primeiro salário daqui?
- Qual foi o seu momento mais difícil aqui? E o seu melhor momento daqui?

Sujeito de pesquisa 8

- Como era sua vida em 2002?
- E por que os EUA?
- E qual era a sua imagem do EUA naquela época?
- E a mesma imagem que a Senhora tem do país hoje?
- Na época que tentou o visto. Como foi o planejamento para pedir o visto?
- Tirou o passaporte exclusivamente só pra isso? Ou já tinha?
- E como foi o processo no consulado para conseguir o visto?
- Contextualize uma situação, por exemplo.
- Naquela sabia falar inglês?
- A entrevista com o agente no consulado foi em inglês ou em Português?
- E qual foi uma das perguntas, lembra?

- Em 2002 foi após os atentados de 11 de Setembro. Acredita que isso interferiu em alguma coisa?
- E como que foi depois da entrevista? Conseguiu desmarcar e conseguiu e o reembolso de tudo q a Sra tinha comprado?
- Essa situação toda, aquele ambiente, a forma como eles colocam as grades, como eles cercam as ruas, isso faz com que haja um sentimento de injustiça?
- E essa burocracia toda fez você se sentir estrangeira, dentro daquele ambiente?
- A experiência, aquele ambiente, a forma como eles cercam as ruas, com mudou sua visão sobre os estadunidenses?
- É possível fazer uma comparação da forma como você foi tratada no consulado com a forma como o governo de lá o seu irmão? Sendo que até hoje ele não tem nenhum estatuto legal no país.
- E vocês são do interior e Minas do leste. E migraram pra BH no êxito rural (que foi em 1975). É possível fazer alguma comparação entre esse vinda pra cá e a ida dele pra lá?

Sujeito de pesquisa 9

- Quando e como começou os preparativos para a viagem? Durou muito tempo? Muitos meses, muitas semanas?
- Essa ideia de ir pra lá, pra conseguir o dinheiro pra comprar a concessão, ela surgiu como?
- O que imaginou que ia encontrar lá?
- Mas quando decidiu ir pensava nas dificuldades, que não seria fácil passar pela fronteira ou coisas do tipo? Ou isso nem veio em mente?
- Mas, imaginou que seria um indocumentado?
- E compartilhava isso com mais alguém?
- Mas antes de tomar a decisão de ir para o México, não tentou o visto não?
- E essa pessoa que deu esse sinal. teve que dar alguma satisfação depois lá para os *coyotes* ou não?
- E como foi a viagem? Como foi o trajeto?
- E nesse trajeto todo, você foi acompanhado só por brasileiros ou tinha outras nacionalidades?
- E mesmo em São Paulo, quanto no México, vocês tinham liberdade para sair? Podiam por exemplo ir à padaria, ou ficavam sobre custódia dos *coyotes*?
- E quanto tempo que ficou no México?
- Enquanto estava no México tinha acesso a água, a comida, passou frio, tinha lugar bom para dormir, enfim, coisas do tipo?
- Mas esse deserto é no lado Mexicano ainda?
- Quando pulou desse ônibus, levava alguma mochila, alguma mala, alguma bolsa?

- E o clima como tava? Estava quente ou frio?
- E quando as pessoas comentavam que tinham ido pelo México... imaginava que o percurso seria isso difícil assim?
- E o que mais te marcou ao longo do trajeto?
- E então pulou desse ônibus em movimento, passou pelo deserto, depois passou por onde mais?
- Mas ao longo da fronteira lembra de qual foi a última cidade que passou no México?
- E no percurso fronteiroço passou só pelo deserto ou passou por algum rio?
- E ao longo do trajeto, principalmente na fronteira como se comunicava?
- E Compreendia bem o que os coyotes falavam?
- Teve medo de algum outro *coyote*, da polícia no México ou quando estava nos Estados Unidos teve medo da policia de lá?
- Você fuma? E naquela época dava pra fumar nessas situações?
- Mas estando naquela situação ali dava mais vontade de fumar ou nem lembrava?
- Lembra o nome da cidade que o Sr foi pego no Texas?
- El Paso. Foi detido em um Centro de Detenção?
- E quanto tempo que ficou preso?
- Lembra das pessoas, de quais nacionalidades estavam lá? E a comunicação era fácil?
- E como fazia pra fumar lá? E como que Sr. fazia para conseguir o cigarro?
- E como que os americanos te tratavam vocês lá? Tratavam bem?
- E como que foi o processo de volta? Lá na cadeia. Eles chamam eles fazem perguntas?
- E quando vocês foram parados pela policia de transito, os *coyotes*, eles se comportaram como?
- E o que sentiu quando chegou ao Brasil? E como que as pessoas te receberam?
- Nesse voo fretado... E eram policiais americanos ou brasileiros?
- Mas aí o Sr. desembarcou em qual cidade no Brasil?
- E o governo brasileiro não te perguntou nada, não ofereceu nenhum tipo de ajuda?
- Eles nem quiseram saber do por quê quis migrar?
- E não tentou voltar para os EUA de novo não?
- E nem tem vontade?
- Quando voltou para o Brasil o vizinhos, amigos de trabalho sabiam que tinha sido prezo e deportado?

Sujeito de pesquisa 10

- De 0 a 100 por cento, qual percentagem você acha que tem do domínio do português?
- E você acha alguma vez na sua vida, que você falava Português melhor do que agora?
- E o quê que você acha do Português: é uma língua importante? é uma língua chata?

- E você acha que você irá usar o Português futuramente quando você tiver grande, quando você tiver casada ou com filhos?
- Você então, caso tenha filhos, acha que não vai ensinar Português para eles?
- E como que é a sua comunicação com seus pais? Como que você se expressa com seus pais? É mais pelo Português ou pelo Inglês?
- E quando você foi ao Brasil? P: Você entendeu tudo que falavam?
- E tem alguma palavra que você aprendeu quando foi ao Brasil?
- E qual lugar do Brasil que você gostou mais de ter visitado?
- Você foi lá na roça onde sua mãe nasceu?
- E o quê que você achou?
- E qual a diferença que você achou da paisagem? De BH para a daqui?
- E da comida? A comida é melhor do que a daqui ou não?
- Quem mais te fala sobre as histórias do Brasil ou de quando eles viviam lá. Mais o seu pai ou mais a sua mãe?
- E por exemplo, se você tiver que voltar para o Brasil mas para morar. O que acha?
- E se por acaso a sua prima e a sua tia tiver que voltar?
- O que você acha q tem mais de diferente entre aqui e lá?
- Na sua escola tem muita gente que os pais são nascidos em outros países?
- E a sua professora, ela pergunta sobre a história da família de vocês?
- Você já pensou alguma vez em querer aprender mais Português?
- O que você acha do seu pai e da sua mãe terem aprendido uma língua diferente depois deles já terem uma idade adulta?
- Sobre essa rádio que o seu pai ouve o dia inteiro? Você entende o que os radialistas falam?
- E sobre as músicas que ele ouve, você entende alguma?

Sujeito de pesquisa 11

- Quando você pensa em qual língua você pensa?
- De 0 a 100 por cento. Qual é o seu nível de Português?
- Quando você foi ao Brasil, qual foi a coisa que mais te causou espanto?
- Você prefere comida brasileira ou americana?
- Vamos supor: quando você casar ou morar em uma outra casa, você pensa em continuar fazendo a comida brasileira?
- Qual a diferença que você acha que existe entre a comida daqui pra comida de lá?
- Você lembra em quais cidades você foi quando você esteve lá no Brasil?
- E dessas duas, qual que você mais gostou?

- Porque?
- Você chegou lá, você compreendeu tudo que as pessoas falavam?
- Você assiste TV brasileira, você ouve música brasileira, você lê coisas em Português?
- E qual o seu time?
- E porque você torce pra esse time?
- Mas aí você torce por causa do seu pai ou porque você gosta mesmo dele?
- E você sabe da história dos seus pais, de como foi a infância deles, do que que eles faziam antes de chegar aqui?
- O que você acha, deles terem saído de lá, ter vindo pra cá ter feito a vida deles aqui?
- Você já imaginou se você tivesse nascido no Brasil?
- Mas só em relação ao futebol?
- Você acha muito vantajoso falar Português? Tirando aqui na sua casa, porque aqui você fala mais Português, mas tirando isso, você acha alguma vantagem em saber falar Português?
- Culturalmente, você se sente mais brasileiro, ou americano, ou um pouco de cada um?
- E o que você acha que a cultura brasileira te traz de vantagem para a sua convivência diária lá na sua escola ou com seus colegas... tirando o fato do futebol?
- E quando você vai à igreja? Você com os seus colegas de lá vocês falam em Português ou em inglês?
- E você pensa em morar no Brasil?
- E assim, você já pensou na possibilidade, por exemplo, de seus pais voltarem para o Brasil e de você ficar aqui?
- E assim, em relação aos seus pais ainda. Você sente algum desconforto quando eles falam alguma coisa em público. Ou por exemplo, quando vocês saem, quando vocês vão ao WalMart? E eles começam a falar em Português isso causa algum desconforto?
- E por exemplo, quando sua mãe pede pra você ler alguma coisa pra ela, isso te causa algum desconforto também?
- Já pensou em fazer alguma faculdade lá no Brasil?
- Por que esse não?
- E qual paisagem, lá do Brasil assim que você mais lembra?
- Você foi na casa onde seu pai e sua mãe morava. A sua mãe morava na roça e seu pai na cidade. Quando você chegou aqui da viagem, eles fizeram muitas perguntas de como estavam lá... eles fizeram comparação de como era quando estavam lá? Você falava de como estava agora?
- E o que você acha que seus pais quiseram que você fosse ao Brasil?

Sujeito de pesquisa 12

- Estou fazendo esta pesquisa, porque estudo em Portugal, aí consegui uma bolsa para vir fazer a pesquisa aqui. no dia que cheguei, se não estou enganado ou no dia seguinte, fui à igreja e conversei com algumas pessoas e me sugeriram que conversasse com a senhora, porque a senhora tinha voltado de um lugar onde tinha muitos migrantes e gostaria saber mais.
- Esses carrinhos iam dos Estados Unidos para o México?
- A maioria das nacionalidades que a senhora viu lá eram do México e da América Central?
- Eu tinha lido que havia muito brasileiro voltando para o México [após fazer o pedido de asilo].
- É, porque, ultimamente teve muitos voos fretados com deportados para o Brasil e a maioria deles desembarcavam em Confins, perto de onde eu moro.
- A maioria são mineiros.
- O trabalho que a senhora faz na igreja é voltado para a comunidade brasileira?
- Por que a senhora acha que eles [a comunidade brasileira da igreja] não gostam que a senhora vá a fronteira?
- Ultimamente, chega à igreja mais gente pedindo ajuda que antes?
- Então, de social não tem nada, se serve só para pagar imposto.
- Os Estados Unidos sempre venderam esta imagem de sonho americano e quando as pessoas querem viver este sonho recebem uma porta fechada.